

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Luciano de Almeida

**Título: O ensino de Língua Portuguesa para alunos com transtorno do
espectro autista e as didáticas e metodologias possíveis**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**São Paulo
2023**



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Luciano de Almeida

**O ensino de Língua Portuguesa para alunos com transtorno do espectro
autista e as didáticas e metodologias possíveis**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa, sob orientação do Professor Doutor João Hilton Sayeg de Siqueira.

**São Paulo
2023**

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

e-mail: _____

Ficha catalográfica

Luciano de Almeida

**O ensino de Língua Portuguesa a alunos com transtorno do espectro
autista e as didáticas e metodologias possíveis**

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para a obtenção do
título de Doutor em Língua Portuguesa, sob
orientação do Professor Doutor João Hilton
Sayeg de Siqueira.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Uma caminhada de um menino pobre sem uma luz no final do túnel, com sonhos de ser doutor (médico), porém as circunstâncias não proporcionaram essa oportunidade.

Só que Deus tem sempre seus anjos para ajudar seus filhos em seus sonhos.

Thuany Ribeiro Martins Mendes, João Hilton Sayeg de Siqueira, Mãe Vera de Iemanjá Ogunté e aos meus filhos sou grato e agradeço por estarem em minha vida e poder me ajudar nessa longa caminhada para conquistar o título de Doutor.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Número do processo: 88887.369379/2019-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001. Process number: 88887.369379/2019-00

AGRADECIMENTOS À CAPES

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão da bolsa de doutorado, nos últimos anos, possibilitando a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente me auxiliaram nessa conquista. Vivemos para galgar os degraus da vida, um por um, passo a passo e, mesmo em alguns pontos, há a vontade de desistir. No entanto, reconquistamos nossa força para chegar ao ponto mais alto da conquista.

A linguagem torna o homem capaz de comunicar-se e o distingue dos seres irracionais, porque é por meio dela que se transmite a cultura não só no tempo como no espaço. O resultado disso é a evolução.

(SARMIENTO, p.13, 2014)

RESUMO

Este trabalho, situa-se a linha de pesquisa Leitura, Escrita e Ensino, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem como tema os processos o ensino de língua portuguesa para portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as didáticas e metodologias possíveis utilizadas em escolas inclusiva e especializadas tendo como foco central o ensino da língua e da linguagem para alunos de 03 a 10 anos de idade, em sua formação educacional e social é necessário o acompanhamento na base para desenvolver as habilidades cognitivas e motoras. Partimos da hipótese de como está sendo aplicado as didáticas e metodologias pelos profissionais da educação em um contexto do grupo educacional em tratando-se de educação inclusiva deve trabalhar em um conjunto, evolutivo focando no desenvolvimento e crescimento do aluno portador de TEA. A problematização está proposta pelas questões: Quais são as didáticas e metodologias possíveis utilizadas para o ensino de língua portuguesa para portadores de transtorno do espectro autista? Como podemos identificar e avaliar a aplicabilidade dos materiais didáticos que sirva para todos, uma integração de forma natural para portadores de transtorno do espectro autista? Foi estabelecido como objetivo geral: verificar as didáticas e metodologias possíveis utilizadas pelos professores em sala de aula; e como objetivos específicos: analisar os materiais adaptados pelos professores suas configurações; e identificar uma forma de padronizar esses conteúdos. A fim de responder ao questionamento do problema de pesquisa e atender aos objetivos estabelecidos, foi selecionado o corpus formado com os resultados obtidos, a partir da verificação de quais são as didáticas e metodologias utilizadas para o ensino de língua portuguesa para portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA); e de como podemos identificar e avaliar a aplicabilidade dos materiais didáticos adequados para portadores de transtorno do espectro autista (TEA).

Palavras-chave: Educação, Transtornos, Autismo, Inclusão, TEA.

ABSTRACT

This work is located in the line of research Reading, Writing and Teaching, of the Postgraduate Studies in Portuguese at the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP) and has as its theme the language teaching processes Portuguese for people with Autistic Spectrum Disorder (ASD) and didactics and possible methodologies used in inclusive and specialized schools having as a central focus the teaching of language and language for students from 03 to 10 years old of age, in their educational and social formation it is necessary to follow up base to develop cognitive and motor skills. We start from the hypothesis of how the didactics and methodologies are being applied by the professionals of the education in a context of the educational group when it comes to education inclusive must work in an evolutionary set focusing on the development and growth of the student with ASD. The problematization is proposed by the questions: What are the possible didactics and methodologies used for teaching of Portuguese language for people with autism spectrum disorder? As we can identify and evaluate the applicability of teaching materials that serve to all, a natural integration for people with spectrum disorders autistic? It was established as a general objective: to verify the didactics and methodologies possibilities used by teachers in the classroom; and as specific objectives: analyze the materials adapted by teachers their settings; and identify a way to standardize these contents. In order to answer the question of the research problem and meet the established objectives, the selected corpus formed with the results obtained, from the verification of what are the didactics and methodologies used for teaching Portuguese to people with Autistic Spectrum Disorder (ASD); and how can we identify and evaluate the applicability of teaching materials suitable for people with autism spectrum disorder (ASD).

Keywords: Education, Disorders, Autism, Inclusion, ASD.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Questionário dos Professores900

Figura 2: Questionários dos Pais900

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADV.....	Atividades de Vida Diária
AH/SD.....	Altas Habilidades/Superdotação
APA	Associação de Psiquiátrica Americana
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AMA	Associação de Amigos do Autista
AVDS	Atividades de vida diárias
CA.....	Ciclo de Aprendizagem
CEA	Condições do Espectro Autista
DEA	Desordem do Espectro Autista
DFL	Distúrbio da fala e da linguagem
DFM.....	Deficiência Físico-Motora
DI	Deficiência intelectual
EUA	Estados Unidos da América
LSB.....	Língua de Sinais Brasileira
ME.....	Ministério da Educação
QI	Quociente de inteligência
TDAH	Déficit de atenção e hiperatividade
TDI	Transtorno Desintegrativo da Segunda Infância
TEA	Transtorno Espectro Autista
TGD	Transtorno Globais do desenvolvimento
OMS	Organização Mundial da Saúde
SA	Síndrome de Asperger
SR	Síndrome de Rett
PCD.....	Pessoa com Deficiência
ABA.....	Análise do Comportamento Aplicada
PECS.....	Sistema de comunicação através de troca de figuras
TEACCH.....	Tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação

SUMÁRIO

1.1	A educação para os portadores do Transtorno Espectro Autista	18
1.2	Necessidades especiais e suas definições	20
1.3	Transtorno do espectro autista (TEA)	24
1.3.1	Interação social.....	26
1.3.2	Nível de desenvolvimento real	27
1.3.3	Valorização da linguagem.....	28
1.3.4	Estímulo à aprendizagem por meio da internalização	29
1.3.5	Nível de desenvolvimento potencial.....	30
1.3.6	Zona de desenvolvimento proximal (ZDP)	31
1.4	Síndrome de Asperger	32
1.5	Distúrbios correlatos da comunicação	34
1.6	Transtorno global do desenvolvimento	36
1.7	Transtornos relacionados.....	39
Esta seção trataremos do percurso histórico da educação inclusiva brasileira e como lidamos com todas as mudanças que aconteceram durante décadas e a luta dos professores e pais de alunos portadores do TEA, passaram e passam.		42
2.1	A educação no Brasil	42
2.2	A formação do professor para a educação especializada.....	44
2.3	Educação para o portador do Transtorno do Espectro Autista	47
2.3.1	A Educação para o portador do Transtorno do Espectro Autista em escola inclusiva	49
2.3.2	A Educação para o portador do Transtorno do Espectro Autista em escola especializada	51
3.1.1	Deficiências intelectuais.....	57
3.1.2	Deficiência Visuais.....	59
3.1.3	Deficiências motoras.....	62
3.1.4	Deficiências auditivas	63
3.1.5	Alunos de Altas Habilidades ou de Alto Funcionamento (Superdotação) ..	64
No que tange ao material didático voltado a esse público, trata-se de adaptações produzidas pelo professor para auxiliar o aluno ou não deixar de ensinar. Em suma, não encontramos produções de empresas especializadas na produção de		

materiais educacionais para as escolas inclusivas. Isso gera a preocupação de quando será realizada uma padronização do ensino, pois a inclusão existe sem o conceito principal, ou seja, a isonomia.....	67
3.2 As didáticas utilizadas para o ensino de língua portuguesas ao portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA)	67
3.2.1 Escolas inclusivas.....	71
3.3 As metodologias utilizadas para o ensino de língua portuguesa para o portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA)	75
3.3.1 Escolas inclusivas.....	77
3.3.2 Escolas especializadas.....	78
3.4 Materiais utilizados para o ensino de língua portuguesa ao portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA)	79
3.4.1 Escolas inclusivas.....	82
3.4.2 Escolas especializadas.....	83
3.5 Questionário avaliativo da percepção do professor sobre a inclusão do portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA)	84
3.5.1 Percepções sobre o questionário	85
3.6 Questionário avaliativo da percepção dos pais sobre a inclusão do portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA)	87
3.6.1 Percepções sobre o questionário	87
3.7 Gráficos: questionários professores e pais de alunos portadores do TEA.....	89
CONCLUSÃO.....	Erro! Indicador não definido. 3
REFERÊNCIAS.....	96

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por tema um estudo do ensino da Língua Portuguesa para estudantes portadores de transtorno do espectro autista (TEA) com variadas dificuldades motoras e cognitivas. O uso da linguagem tornou-se imprescindível no cotidiano social do homem e, profundamente se enraizou em sua cultura. Assim, não podemos deixar que alunos portadores de transtorno do espectro autista com níveis diferentes de aprendizagem sejam apenas colocados em sala de aula para agregar conhecimento ou aprender a conviver em sociedade com os outros alunos, são necessários materiais adequados para aprendizagem, sem ser uma adaptação de folhas preparadas pelos professores, pois não são identificados livros didáticos em editoras especializadas nesse segmento.

O estudo dessa dimensão social da linguagem é a preocupação básica desta investigação, voltada para o ensino de língua portuguesa para portadores do espectro autista e as didáticas e metodologias utilizadas para alcançar uma educação eficiente.

Podemos identificar que não há uma diretriz para o ensino-aprendizagem da língua portuguesa para portadores de transtorno do espectro autista. Atualmente os docentes utilizam materiais disponibilizados na internet ou adaptações de conteúdos didáticos de series anteriores para ser utilizado, não estando de acordo com o desenvolvimento do aluno. Não identificamos um padrão a ser seguido ou uma normatização do conteúdo a ser aplicado, falta uma sondagem para identificar qual nível de deficiência intelectual (DI) e qual o método a ser aplicado.

Dessa forma, percebemos que a inclusão ainda está em adaptação e desenvolvimento deixando os profissionais sem uma orientação específica para cada caso de baixo funcionamento ou alto funcionamento.

A construção de ferramentas de ensino-aprendizagem facilitará desenvolvimento da aula e tornará a aula dinâmica e produtiva.

Por isso, a partir do enfoque temático adotado para a presente pesquisa, propõem-se as seguintes questões:

2.1. Quais são as didáticas e metodologias utilizadas para o ensino de língua portuguesa para portadores de transtorno do espectro autista.

2.2. Como podemos identificar e avaliar a aplicabilidade dos materiais didáticos adequados para portadores de transtorno do espectro autista.

Foi verificado que as unidades escolares de ensino regular recebem os alunos com alguma deficiência cognitiva ou motora para que seja realizada a inclusão para o ensino-aprendizagem de maneira evolutiva e construtiva. Isso só foi possível devido a várias reuniões durante décadas e pesquisas realizadas para que fossem elaboradas leis e normas para a inserção dos alunos com deficiência nas escolas regulares.

Destacamos que essa ideia foi realizada para ajudar os alunos de classes regulares a crescer sem o preconceito ou discriminação da pessoa deficiente, e os alunos deficientes saberem conviver com suas limitações sem ter a vergonha ou preconceito de estar junto de pessoas sem deficiência, para não viver na reclusão de seus lares ou em escolas de ensino especial.

A partir desse enfoque, foi percebido que a inclusão não é completa, pois há uma lacuna quanto didáticas e metodologias utilizadas, materiais didáticos disponíveis, e diretrizes educacionais específicas para cada nível.

A identificação de didáticas e metodologias utilizadas pelos professores em sala de aula para o ensino de língua portuguesa para portadores do espectro autista, e os materiais disponíveis no mercado educacional e utilizados pelos professores com os alunos que estão inseridos na sala de aula regular ou em unidades educacionais especializadas.

Análise Geral:

Verificar as didáticas e metodologias utilizadas pelos professores em sala de aula.

Análise Específicas:

Analisar os materiais adaptados pelos professores suas configurações e identificar uma forma de padronizar esses conteúdos.

A fim de responder ao questionamento do problema de pesquisa e atender aos objetivos estabelecidos, esta tese se organiza em três capítulos. O primeiro versa sobre o contexto da pesquisa, em que são apresentados as necessidades especiais e suas características, passando pelo contexto histórico da pesquisa realizada para chegarmos as definições atuais de todas as necessidades especiais trabalhadas na educação e as possibilidades de aprendizado. O segundo capítulo trata da educação em unidades escolares tanto especializadas como unidades regulares trabalhando a

inclusão dos portadores de necessidade especiais e como está sendo trabalhado esse formato de educação para todos. E o terceiro e último capítulo trata-se do material didático utilizado para a melhor aplicabilidade do conteúdo educacional utilizado em seu formato tradicional procurando as adaptações existentes no mercado educacional.

1. O CONTEXTO DA PESQUISA

Essa pesquisa tem como objetivo estudar o ensino-aprendizagem de língua portuguesa dos alunos portadores de transtorno do espectro autista. Inseridas no sistema educacional inclusiva em escolas particulares e públicas.

1.1 A educação para os portadores do Transtorno Espectro Autista

A inclusão dos alunos colabora com a socialização e, por conseguinte, favorece a dignidade do sujeito, independente de suas limitações e de seu desenvolvimento. De saída, devemos esclarecer o termo “deficiência” e, para tanto recorreremos à Lei nº 13.146, de julho de 2015, segundo a qual

Art. 2º. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para Sartoretto (2011), os fundamentos filosóficos que defendem a inclusão escolar de pessoas com deficiência baseiam-se no fato de todos terem nascido iguais e com os mesmos direitos e, consequentemente, o maior direito é o convívio com os semelhantes. Por isso, todas as crianças e adolescentes têm direito de estar em uma sala de aula em uma escola inclusiva com todos os benefícios e apoio pedagógico necessários para o seu desenvolvimento escolar e o ensino-aprendizagem de acordo com as normas. Logo, não podemos discriminar nem segregar os alunos com limitações.

Segundo Oliveira (2015, p,02), “Os desafios da didática apareceram, porque a didática tradicional voltada para o “aluno padrão” contida no conteúdo, universalista e mono cultural não dá cota para trabalhar com as diferenças, sendo a própria didática colocada em questão”. Isso se percebe uma vez que não encontramos, em qualquer editora de livro didáticos, uma especificação de livros de ensino inclusivo. Assim, observamos que as matérias são selecionadas pelos professores, pois essa falha

deve ser sanada em sala de aula para poder amenizar a diferença entre alunos regulares e os de inclusão”.

A escola que se pretende inclusiva recebe alunos com diversas limitações intelectuais ou motoras e, nesse contexto, nota-se que não há ainda uma diretriz a ser seguida, tampouco materiais apropriados, estudados e desenvolvidos para que o ensino-aprendizagem seja aplicado de forma adequada e elaborada, contemplando os requisitos necessários à inclusão de todos os estudantes no mesmo contexto educacional. A escola especializada, por sua vez, tem outra configuração de desenvolvimento educacional, deixando o aluno em uma zona de conforto, pois o seu direcionamento é para a adaptação constante em um convívio com seus pares. Há casos que é necessária essa modalidade de ensino, já que, na escola inclusiva, há salas com superlotação, e os portadores de deficiência não recebem a atenção adequada.

Em algumas unidades escolares, são disponibilizados professores mediadores, que ficam à disposição de um aluno específico, cuja função é ajudar no que for preciso para uma educação eficiente. Entretanto, há relatos de professores mediadores sem formação específica; em outros casos, são pessoas sem formação na área educacional. Essas falhas são encontradas em diversas unidades escolares e, em algumas situações, existe apenas o professor regular, que precisa atender a uma turma com o nível máximo de alunos, dentre os quais se encontram dois ou três estudantes que apresentam alguns sintomas do transtorno do espectro autista (TEA).

Vale ressaltar que esse atendimento deve ser abalizado por estudos e verificações. Logo, é preciso unir forças, o atendimento clínico escolar e o grupo multidisciplinar. Na visão de Mrech (2011), a “educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus aspectos”.

Assim, com um suporte avançado e uma política de construção do ensino-aprendizagem para o desenvolvimento de todos de forma eficaz e transformadora, desenvolvem-se algumas premissas norteadoras da educação inclusiva, porém não identificamos uma diretriz específica. Nos dizeres de Santos, Araújo e Lima (2019, p. 1):

Reconhecendo a legalidade e a importância da formação da criança com transtorno do espectro autista (TEA), ainda na educação infantil,

cabe a preocupação de pesquisar como o professor pode mediar o ensino-aprendizagem para favorecer o potencial cognitivo dessa criança na educação infantil. Para isso é necessário que um bom professor mediador busque intervenções de maneira significativa para desenvolver a cada etapa o potencial cognitivo do aluno com TEA. O autismo é um transtorno de neurodesenvolvimento com variações em gravidade (leves a graves) e são denominados transtornos do espectro do autismo ou transtorno do espectro autista (TEA), apresentando características diferenciadas no quadro comportamental envolvendo também as áreas da interação social e da comunicação.

A construção da identidade de todos envolvidos nessa metodologia é constante e enriquecedora, já que, algumas décadas atrás, esses alunos eram mantidos em salas específicas na mesma unidade escolar, em ambientes diferentes, isolados dos demais alunos. Hoje, tal processo é impossível e inviável à evolução educacional. Em suma, todas as pesquisas apontam para o crescimento e o desenvolvimento das escolas inclusivas, no sentido de estarem adequadas a fim de que a didática e a metodologia possam ser aplicadas e cumprir todos os requisitos necessários para que o aluno tenha desenvolvimento satisfatório no convívio, bem como crescimento intelectual.

1.2 Necessidades especiais e suas definições

Desde os primórdios, a seleção natural acontece de forma a segregar as pessoas. Em alguns relatos históricos, as crianças que não apresentavam todas as capacidades motoras, cognitivas completas eram jogadas fora ou deixadas em orfanatos, pois não era possível apresentar para a sociedade alguém com deficiência. Com as transformações sociais, tal segregação foi sendo diminuída em termos de deixar essas pessoas de lado, porém o seu acesso à circulação entre os “normais” ainda era limitado, ou seja, a sociedade ainda era, em grande medida, limitadora e preconceituosa. O avanço nos estudos acerca das limitações foi se expandido e, paulatinamente, modificando essa visão. Por conseguinte, a cada dia foi-se construindo uma sociedade melhor, mais acolhedora e menos preconceituosa. Na visão de Maior (2017, p. 01): “Na primeira metade do século XX, surgiu o modelo

biomédico da deficiência como incapacidade a ser superada. Esse modelo está vinculado a interação social”.

Como podemos definir a incapacidade que pode ser superada, temos pessoas deficientes com suas capacidades cognitivas e motoras afetadas severamente. Como lidamos com tais definições de forma a ampliar a segurança das pessoas deficientes. (Maior, 2017) ainda explica as transformações ocorridas durante essa pesquisa dos modelos estudados:

No modelo biomédico, considera-se a deficiência com consequência de uma doença ou acidente, que deve ser objetivo de tratamento para reabilitação ou a reabilitação do máximo de capacidades, aproximando-se da cura. Este paradigma tem como foco as limitações funcionais que se encontram na pessoa, desconsiderando as condições do contexto social. O modelo biomédico corresponde à integração da pessoa com deficiência à sociedade, situação na qual os esforços de participação são desenvolvidos pelas pessoas e sua família, sem que haja mudanças da sociedade (MAIOR, 2017, p.03)

Atualmente, a sociedade é capaz de compreender que todos têm o mesmo direito à liberdade e a uma vida digna, independentemente de sua capacidade física ou intelectual. Devemos trabalhar, portanto, para uma sociedade melhor, sempre lutando para que a deficiência não seja a linha que separa uns dos outros.

Neste momento, é preciso mencionar que as definições de deficiência encontradas em parâmetros legais foram formuladas após muitos protestos e discussões de diversos estudiosos, de vários campos da ciência, até se chegar a um denominador comum, segundo o qual todos, perante a lei, deveriam ser tratados igualmente, mesmo com suas limitações, sejam elas físicas ou mentais. Assim, todos têm, sob o aspecto legal, direitos iguais, sem distinção de qualquer natureza — classe social, etnia, formação religiosa ou orientação sexual —, preservando-se os direitos à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Entretanto, percebemos que nem todos esses direitos são efetivos em uma cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988.

Sobre esta última, ela já garantia o direito de todos serem tratados igualmente, porém essa definição de tratamento igualitário realmente começou a entrar em vigor, no que tange à inclusão, após um

[...] Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social (MENEZES, 2001, p.01)

Ou seja, tais diretrizes foram criadas para assegurar os direitos de todos os portadores de deficiência, tanto motoras quanto intelectuais, após a ocorrência de uma reunião em nível mundial cujo foco recaía sobre aqueles que necessitavam de tais medidas. Por essa razão, a

[...] Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

A Declaração de Salamanca é também considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto, ela "...proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de "educação para todos" firmada em 1990 (...) promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem (MENEZES, 2001, p.01)

Após a instituição da Declaração de Salamanca, que passou a figurar como base para as ações a serem tomadas em prol dos deficientes, o poder legislativo brasileiro, visando a uma melhora na qualidade de vida dos portadores de deficiência do país, formularam outras leis para auxiliar o dia a dia dessas pessoas. Todavia, é preciso ressaltar que o processo de tramitação e transformação dessas leis é moroso e carece de definições; mais especificamente, trata-se de

emendas e retalhos de definições. Apesar disso, pode-se dizer que existe um amparo legal, disponível para ser aplicado em diversas situações nas quais o deficiente é excluído ou tem seus direitos cerceados. Isso se verifica, por exemplo, na Lei nº 13.146, de 26 de julho de 2015:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 , em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil , em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 , data de início de sua vigência no plano interno.

E aqui salientamos, mais uma vez, que as definições das deficiências apresentadas na lei tornam muito amplos e vagos tais impedimentos, excluindo alguns transtornos ou limitações do amparo da lei. Foi o que aconteceu com o TEA, para o qual foi necessária a elaboração de uma lei específica a fim de definir que o portador também carece de cuidados legais para não sofrer discriminações e preconceitos.

No artigo 2º da lei das deficiências, alguns impedimentos são considerados para que uma pessoa possa ser amparada legalmente, entre eles os chamados “de longo prazo”. Contudo, tal denominação não estipula qual seria esse longo prazo, tampouco como se pode estabelecê-lo, visto que não é possível mensurar, por exemplo, se o tratamento de uma pessoa pode levar três anos e amenizar seu estado e suas condições gerais. pois os fatores impeditivos de uma pessoa dificultam o seu desenvolvimento emocional, social dentre outras diferenças dos demais na sociedade.

Como podemos notar, o poder executivo criou instrumentos para avaliação da deficiência de forma a padronizar e averiguar possíveis falhas ou tentativas de burlar as leis. No entanto, com essa ação, os portadores de TEA passaram por diversos

constrangimentos, em virtude de suas características específicas, que variam de indivíduo para indivíduo e, portanto, não seguem um padrão.

Também é válido destacar que alguns auxílios foram criados para facilitar e padronizar o deslocamento, bem como o uso de lugares comuns a todos os cidadãos. Entretanto, caso não houvesse tais modificações, não seria possível a utilização de tais espaços pelos portadores de deficiência. Isso porque a acessibilidade não se resume apenas a rampas ou barras de apoio; alguns aparelhos de comunicação ou de trabalho também precisam passar por modificações a fim de garantir um uso eficiente; do mesmo modo, mercados, ruas e estacionamentos recebem desenhos para identificar as vagas destinadas preferencialmente das pessoas deficientes. Por volta de 2017, criou-se um projeto de lei que incluiu o símbolo do autismo nas placas que identifica os caixas e as vagas preferenciais.

Algumas deficiências encontram-se em processo de padronização bem avançado, como os visuais, auditivas, assim como as paralisias parciais ou totais. Todavia, ainda há muito o que otimizar as normativas e legislações. Quando se trata do TEA, é possível observar certo avanço no entendimento do transtorno, bem como no modo de lidar com diversas situações apresentadas. Tudo isso se deve após muitos estudos e percepções na evolução do conhecimento dos graus do TEA, que não se limita a apenas a uma característica física, e sim no estado de cada ser.

1.3 Transtorno do espectro autista (TEA)

Quando falamos em TEA, é comum surgirem dúvidas acerca do melhor modo de lidar com a situação; são questionamentos diários, referentes ao nível do transtorno, bem como a melhor forma de lidar com seus surtos ou estereotípias. Devemos ponderar que, a princípio, alguns casos não são perceptíveis e, apenas com o passar com o passar do tempo, é possível detectar alguns pontos das características indicadoras do TEA. Embora algumas situações não sejam identificadas, de início, por pais e/ou educadores, a falta de diagnóstico prejudica o desenvolvimento educacional e social do aluno. Nas palavras de Santos, Araújo e Lima (2019, p.2):

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) possui um conjunto de diferentes síndromes que são caracterizadas por perturbações do seu desenvolvimento neurológico, que é marcado pelo desafio de

interação e comunicação social por conta da fala e comunicação não verbal que se encontra dificuldades, padrões estereotipados e repetitivos de comportamento e desenvolvimento intelectual irregular, frequentemente com retardo mental.

Em 1938 na Áustria, o pesquisador Hans Asperger também realizou algumas pesquisas referente ao TEA, dando-lhe, porém, o nome de “psicopatologia autística da infância”. Com isso, passou-se a entender melhor alguns distúrbios até então não identificados.

Etimologicamente, o autismo é a síndrome¹ definida por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade. Caracteriza-se sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. Em algumas pessoas, tais alterações são presentes já em tenra idade, pois a interação de comunicação do bebê com a sua mãe acontece com algumas falhas. Um caso típico é o da criança que, no berço, chora para ter uma presença ou para indicar fome; no caso do TEA, isso não acontece, e a criança pode permanecer por horas sem manifestar qualquer necessidade. Com o passar dos anos, essa interação também não se desenvolve; o afeto e os demais contatos são ausentes em determinados casos de TEA, e alguns pais relatam que os filhos portadores do transtorno preferem manter relações afetuosas a distância, porém o trabalho educacional pode promover uma aproximação.

No ponto de vista vygotskyano, a educação faz com que o indivíduo, dentro de sua faixa etária, desenvolva habilidades e capacidades necessárias para o crescimento e o convívio social. Quando aludimos a estudantes entre 3 e 11 anos, por exemplo, referimo-nos a indivíduos que estão em formação das suas habilidades, incluindo-se no meio social, descobrindo o mundo e o funcionamento da sociedade. Acerca da importância de Lev Vygotsky na educação, Coelho e Pisoni (2012, p. 1) assim se pronunciam:

A ideia de pesquisar sobre Lev Vygotsky sua vida, obra e influência na educação surgiu a partir do momento que se começou a estudar

¹ síndrome — “s.f. (gr. *syndrome*) conjunto dos sintomas que caracterizam uma doença”. Esta última é entendida como: “alteração da saúde que comporta um conjunto de caracteres definidos como causa, sinais, sintomas e evolução; mal, moléstia, enfermidade (s.f. lat. *dolentia, dor*) (Cf. DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA – Academia de Letras, 2008, p.1184)

diferentes teóricos e suas contribuições para o desenvolvimento humano e a educação, assim despertou a curiosidade e dúvidas sobre até que ponto a teoria vygotskiana está presente no contexto-escolar, se as teorias apresentadas por Vygotsky são reais e podem ser aplicadas nas salas de aula.

A seguir, descrevemos alguns aspectos da teoria de Vygotsky, com destaque para o TEA, foco de nossa pesquisa descrever algumas das teses vygotskiana:

1.3.1 Interação social

A interação social é uma das dificuldades dos portadores de TEA e, nesse sentido, a escola tem a função primordial de socializar alunos e professores. Isso porque o aprendizado depende dessa interação, que se verifica no ato de tirar dúvidas, entre muitos outros mecanismos sociais. Por essa razão, o docente deve utilizar metodologias e diretrizes a fim de criar, paulatinamente, meios para promover a interação entre os estudantes, evitando, por exemplo, que determinado aluno, que carece de mediador, seja excluído pois esse é um dos pontos que dificultam o trabalho realizado pelo educador, que deve se atentar a todos esses detalhes.

A dificuldade de comunicação é um dos fatores que prejudicam a interação do aluno portador de TEA. Uma vez que há falha na comunicação, afastam-se as possibilidades de relacionamento, já que a faixa etária selecionada no presente estudo é, como já dissemos, das descobertas, da curiosidade e do início da comunicação. Em alguns casos, os alunos sem comunicação isolam-se dos demais, ou os demais isolam esses estudantes em específico.

Para Vygotsky (1991), o pensamento e a língua têm origens diferentes: o primeiro é intrínseco ao ser humano e, independentemente da língua, desenvolve-se precocemente; já a segunda desenvolve-se por meio das relações interpessoais. Podemos afirmar que ela mantém uma relação interativa para a aprendizagem e, nesse aspecto, é possível citar a pessoa deficiente auditivo, que não tem a percepção do som da fala e, por isso, não a desenvolve a fala. Assim a interação é de grande valia no processo de ensino-aprendizagem e, nas palavras de Vygotsky (2008, p. 3):

É a partir deste ponto que o pensamento começa a se tornar verbal e a linguagem racional. Inicialmente a criança aparenta usar linguagem apenas para interação superficial em seu convívio, mas, a partir de certo ponto, esta linguagem penetra no subconsciente para se constituir na estrutura do pensamento da criança.

Vale ressaltar que, para além do desenvolvimento do educando em sala de aula, é preciso utilizar os mecanismos necessários à interação social também no ambiente exterior ao espaço escolar, uma vez que ela é para a vida toda.

1.3.2 Nível de desenvolvimento real

Na sala de aula, o professor espera que seu aluno aproveite todos os conhecimentos adquiridos em sua infância, com a ajuda dos pais, visto que, no ambiente escolar, se espera que uma criança com idade de 3 a 11 anos já execute determinadas atividades com certa independência. Entretanto, no caso do aluno portador do TEA, a depender do seu grau de dificuldade, sempre será necessário o auxílio do educador ou o mediador para atividades mais complexas, o auxílio dos mediadores por décadas não era uma garantia, hoje podemos garantir através de lei que o aluno deve estar acompanhado, porém em algumas unidades escolares gestores desconhecem ou não cumprem a lei, deixando de assistir os portadores do TEA.

O nível de desenvolvimento real é um conceito vygotskyano segundo o qual o estudante está em desenvolvimento constante. Por isso, cada dia precisa ser acrescido de nova ação cognitiva ou motora, no sentido de trazer a realidade de como devem ser executadas ações ou como portar-se diante de acontecimentos.

O ser humano, por sua origem e natureza, não pode nem existir nem conhecer o desenvolvimento próprio de suas espécies como uma única isolada: ele tem, excepcionalmente, seu prolongamento nos outros; tomado em si, ele não é um ser completo. Para o desenvolvimento da criança, em particular na primeira infância, os fatores mais importantes são como assimétricos, isto é, como com os adultos, de todas as mensagens da cultura única (VYGOTSKY, 1988, p. 16).

Dessa forma, percebemos o quanto é importante a participação dos alunos portadores de TEA em escolas inclusivas, a fim de adquirir conhecimentos e desenvolver suas atividades diárias e, com isso, conhecer a cultura existente fora do seu ambiente familiar. Trata-se, portanto, de um olhar mais fino do assunto: essa interação social faz com que o desenvolvimento limitado possa ser acrescido de conhecimento de vivência, com vistas ao desenvolvimento humano do aluno.

1.3.3 Valorização da linguagem

Em alguns casos, verifica-se que o portador de TEA pode apresentar outros transtornos afetando diversas partes das habilidades do corpo, por exemplo o neurodesenvolvimento, que compromete partes motoras e cognitivas da comunicação, do comportamento e da sociabilização. É lícito ressaltar que o TEA se divide em vários níveis e especificações, e essas variações podem refletir em vários pontos do portador, desencadeando outros sintomas e modificando seu comportamento e suas necessidades. Alguns fatores podem ser propícios para desencadear o TEA nos fetos na gestação, entre eles: fatores genéticos relacionados a mutações e anomalias cromossômicas, questões neurológicas associadas a epilepsia e atrasos cognitivos, aspectos ambientais que ocasionam variações dos genes, bem como infecções e intoxicações durante a gestação.

No que tange à valorização da linguagem no ensino de língua portuguesa para portadores dos TEA, esse conceito é de grande relevância, sobretudo para estudantes com suas habilidades motoras e cognitivas afetadas. Isso porque a linguagem é fator imprescindível à interação social, ou seja, como seres humanos, carecemos da fala para manter relações com os outros

A progressão da fala social para a fala interna, ou seja, o processamento de perguntas e respostas dentro de nós mesmos o que estaria bem próximo ao pensamento, representa a transição da função comunicativa para a função intelectual (RABELLO; PASSOS, 2018, p. 05).

Devemos lembrar que a linguagem é social. Isso posto, o ensino dessa habilidade a alunos portadores do TEA é essencial, ainda que seja uma comunicação não padronizada. De todo modo, trata-se de algo imprescindível, uma vez que somos

seres comunicativos e precisamos dela para manter nossas relações sociais, com vistas a expor nossos pensamentos e sentimentos. Por essa razão, todos têm direito a se comunicar e interagir em sociedade.

1.3.4 Estímulo à aprendizagem por meio da internalização

A aprendizagem é a construção diária de conceitos e doutrinas estabelecidos pela sociedade ou por determinadas instituições educacionais, direcionadas aos conhecimentos ditos acadêmicos. No entanto, a criança que frequenta escola tem a capacidade de também aprender diariamente e criar o conceito de convivência.

A internalização ou introjeção é a incorporação de certos padrões, ideias, atitudes, práticas ou valores que direcionam todo o conceito educacional de aprendizagem. Isso porque a educação não direciona somente os conteúdos didáticos, mas também ensina a convivência, o comportamento e o cuidado com o próximo. Nas palavras de Rossi (2012, p. 03):

Em outros termos, a natureza social de um sujeito se expressa na sua individualidade e a constituição do sujeito, embora ocorra socialmente, não é, a rigor, apenas uma mimese do plano social no qual ele se insere. Assim, a internalização configura uma espécie de "determinação sistemática" que tem lugar através de mecanismos de seleção nos quais, de um lado, aparecem significados gerais em contextos gerais, no plano individual e, de outro, generalizações das variações de pensamentos que se estabelecem no social.

Embora alguns professores acreditem não influenciar a vida dos alunos, durante o tempo em que passam na escola, os discentes convivem com os demais colegas e com seus educadores. Nesse processo, ocorre um processo de amadurecimento de relação social, mediante a construção de conceitos e determinantes para o crescimento social.

A aprendizagem tem uma amplitude de aspectos, que devem ser explorados e vivenciados por todos. Não se trata, portanto, de o aluno receber conhecimento, mas, sim, de o professor, a cada dia, aprender como planejar e transmitir tal conhecimento de forma homogênea, sem excluir nenhum educando. Os portadores do TEA precisam de uma atenção maior quanto à aprendizagem por internalização, pois carecem de

maior atenção para construir essa interação social, que perpassa o convívio em sala de aula e em outros lugares de seu cotidiano.

1.3.5 Nível de desenvolvimento potencial

O desenvolvimento potencial relaciona-se à evolução futura do discente. Assim, a metodologia aplicada em sala de aula visa à construção de conhecimentos vindouros, explorados mediante a criação de situações e possibilidades em atividades didáticas diárias. Expostos a situações diversas de aprendizado, calcadas no conhecimento já adquirido, os estudantes avançam sobre o que estão aprendendo em determinado ciclo e abrem espaço para novas aprendizagens.

Um exemplo de aprendizagem futura é o conceito de convivência social, que se dá mediante o uso de palavras simples, porém que traduzem posturas indispensáveis à vida em sociedade, entre elas “por favor”, “obrigado”, entre outras. De acordo com Zanella (1994, p. 03):

O segundo nível de desenvolvimento é o nível de desenvolvimento potencial: conjunto de atividades que a criança não consegue realizar sozinha, mas que com a ajuda de alguém que lhe dê algumas orientações adequadas (um adulto ou outra criança mais experiente), ela consegue resolver.

Outra forma de entender o modo de desenvolvimento do nível potencial é o processo de maturação da criança. É ele quem cria funções desde a tenra idade, passando por todo o percurso de amadurecimento. Embora esteja relacionado a todo o conhecimento exposto durante o seu crescimento, esse conhecimento deve ser apresentado tanto na unidade escolar, para o desenvolvimento social, quanto em casa, visando ao convívio familiar.

Uma vez transposta toda essa teoria aos portadores do TEA, o trabalho deverá ser constante, já que cada desenvolvimento é uma conquista; cada aprendizagem é feita para a fixação de um conceito, a fim de se construir conhecimento. Logo, o professor que acompanha os alunos em questão deve, a todo momento, transformar estratégias, adaptando-as e desenvolvendo-as a cada atividade aplicada, a cada fase de exploração do conhecimento. Em síntese, somos seres mutáveis e precisamos, diariamente, criar possibilidades para que os estudantes aprendam.

1.3.6 Zona de desenvolvimento proximal (ZDP)

Para Vygotsky, o conceito de aprendizagem é promovido pela consciência social e visa ao desenvolvimento psicológico/mental. No caso dos portadores do TEA, esse conceito é muito importante, uma vez que as crianças não portadoras não têm sua relação social afetada, ou seja, elas não têm dificuldade de frequentar escolas e outros estabelecimentos com um número de pessoas maior do que aquele com o qual convive diariamente.

No desenvolvimento proximal, a criança não percorre o caminho do desenvolvimento sozinho; são necessários estímulos educacionais e experiências dentro e fora das unidades escolares. Portanto, é preciso expor o aluno a diversos tipos de situações de aprendizado a fim de que desenvolvam conceitos educacionais e sociais.

No caso dos portadores do TEA, esse desenvolvimento proximal deve ser trabalhado diária e constantemente, retomando-se e aplicando-se, a todo momento, estímulos de reforço. Isso porque alguns aprendizados geram mais dificuldade, por diversas razões, advindas de determinadas características dos discentes. Conforme Rabello e Passos (2018, p. 03):

São as aprendizagens que ocorrem na ZDP que fazem com que a criança se desenvolva ainda mais, ou seja, desenvolvimento com aprendizagem na ZDP leva a mais desenvolvimento, por isso dizemos que, para Vygotsky, tais processos são indissociáveis.

Em sala de aula, o professor regente é quem intermedeia a aprendizagem. No caso do professor mediador, que acompanha o aluno portador do TEA, ele deve estar atento a todas as possibilidades possíveis de ampliar a interação. Para tanto, o desenvolvimento proximal será o suporte da relação aluno/professor, professor/aluno e aluno/aluno.

Com isso, é possível solucionar os problemas individualmente, explorando a capacidade individual de o estudante trabalhar suas dificuldades. O professor mediador deve ajudar, porém não interferir no desenvolvimento do aluno. Embora alguns profissionais acreditem que deixar o portador de TEA executar as atividades sem auxílio é forçar sua capacidade, devemos, sim, permitir que o educando tente, colocando-se à prova do quanto é capaz de produzir sem qualquer ajuda. Essa

experiência faz parte do crescimento discente e, por conseguinte, do desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

1.4 Síndrome de Asperger

Alguns especialistas consideram a Síndrome de Asperger (AS) como uma das ramificações do TEA, em virtude da semelhança entre ambas, visto que se relacionam a um transtorno do desenvolvimento e podem limitar seus portadores. Uma das especificações da SA é que frequentemente se manifesta na adolescência ou na fase adulta. Tal como o TEA, apresenta as seguintes características: incapacidade de relacionar-se; motores estereotipados; resistência à mudança; insistência na monotonia; atraso na fala; dificuldade na linguagem; linguagem pedante e rebuscada; ecolalia ou repetição de palavras; voz pouco emotiva e sem entonação. De acordo com Santos e Fernandes (2014, p. 03):

A Síndrome de Asperger (SA) é uma perturbação neurocomportamental de base genética. Pode ser definida como uma perturbação do desenvolvimento que se manifesta por alterações sobretudo na interação social, na comunicação e no comportamento. Embora seja uma disfunção com origem num funcionamento cerebral particular, não existe marcador biológico, pelo que o diagnóstico se baseia num conjunto de critérios comportamentais.

A sociedade determina que todos têm o mesmo direito conhecimento e aprendizagem, porém não podemos determinar quem pode e quem não pode aprender, devemos desenvolver algumas habilidades como profissional da educação para perceber e encontrar as formas e as possibilidades de compensar essa dificuldade encontrada no aluno.

Uma das características da SA é a dificuldade de interação em sala de aula. Com isso, a inclusão social fica prejudicada e deve-se utilizar outros meios e técnicas para que todos — inclusive o portador da síndrome — possam interagir. Portanto, a socialização precisa ser um dos focos para que o portador tenha uma vida melhor.

No que tange ao ensino de língua portuguesa — não como uma disciplina, mas uma diretriz de identidade nacional —, há dificuldades para os portadores da AS, pois alguns deles têm facilidade na comunicação oral, valendo-se de linguajar rebuscado

e complexo. Entretanto, isso nada tem a ver com o ensino gramatical, mas, sim, com a facilidade de repetir e adquirir vocabulário de pessoas adultas e programas de televisão ou internet. Por conseguinte, apresentam dificuldades de compreensão de textos e conceitos e, nesses casos, o educador deve procurar caminhos que facilitem a aprendizagem desses estudantes. De acordo com Martins, Silva e Mainardes (2010, p.01)

Alguns sintomas que podem surgir são: a criança não faz bom contato visual com os pais, não responde quando chamada pelo nome, demonstra pouco interesse em outras pessoas, tem atraso no desenvolvimento da linguagem, não parece entender os gestos dos pais com apontar, não brinca de faz-de-conta, passa longos períodos de tempo enfileirando objetos, faz movimentos incomuns como caminhar nas pontas dos pés o tempo todo ou girar as mãos excessivamente, mostra reação incomum de inquietação em relação aos outros, ignorando-os ou dando gargalhadas, fala muito pouco, ou fala muito, porém geralmente a fala é ecológica (repete o que escutou, tanto dos pais quanto da televisão, filmes ou rádio, tem dificuldade de compreensão.

A sociedade renova-se constantemente nas tecnologias digitais e mecanismos de comunicação, gerando algumas dúvidas, até que ponto essas transformações trazem benefícios para sociedade, deixando dúvidas e lacunas, uma relação etnocentrista do ser. Colocando de lado o que é mais importante, a vida, e passamos a viver no distanciamento social independente do seu estado físico, psicológico ou da sua formação, precisamos melhorar a relação humana, para vivermos em uma sociedade mais preocupada com o ser. Podemos afirmar em:

As dificuldades ao nível da comunicação podem ser de vária ordem. Podemos ter pessoas com SA muito pouco verbalizadoras, sobretudo com estranhos, pessoas com dificuldades ao nível da articulação do discurso, que o torna pouco perceptível/compreensível, ou podemos ter pessoas com um discurso fluido e elaborado e muito centrado num tema, com dificuldade em mudar de assunto. Normalmente têm dificuldades com as regras de conversação, desconhecendo algumas regras implícitas no contacto social. Podem interromper ou falar em

sobreposição, fazer comentários irrelevantes, tendo muita dificuldade em iniciar e terminar as conversas (SANTOS; FERNANDES, 2014, p.03).

Assim, a educação tem uma capacidade muito grande de adaptação. Ademais, verificamos que nada atrapalha o ensino-aprendizagem de um aluno, mesmo com a sua dificuldade ou limitação. Em síntese, o desenvolvimento da educação está na mão dos profissionais, em parceria com os familiares dos estudantes.

1.5 Distúrbios correlatos da comunicação

Como já dissemos, a comunicação é um fator indispensável à sobrevivência do ser humano. Com o passar do tempo, percebemos que diversas adaptações foram realizadas a fim de transformá-la. Ampliada e modificada, atualmente, ela deixou de ser face a face e passou a ser a distância, por meio de mecanismos que melhoraram a vida da sociedade.

Por definição, a comunicação é a ação de transmitir mensagens ou de receber mensagens. Partindo dessa premissa, ela é primordial para que uma sociedade construa relações — de afeto, por exemplo — entre indivíduos da mesma espécie. Qualquer distúrbio comunicativo é, portanto, um corte nessa relação e limita a aquisição de conhecimento, uma vez que, desde a tenra idade, a criança precisa se comunicar para se desenvolver e para adquirir saberes. Nos dizeres de Prates e Martins (2011, p.?):

Os distúrbios da fala e da linguagem são doenças prevalente na infância, passíveis de prevenção e tratamento quando diagnosticados precocemente. Os pediatras, como profissionais responsáveis pela saúde da criança, são os primeiros a avaliar o desenvolvimento infantil e, muitas vezes, são questionamentos sobre os aspectos comunicativos da criança.

Relacionando os distúrbios correlatos da comunicação ao TEA, notamos a presença de algumas dessas características em portadores do transtorno. Elas dificultam o seu desenvolvimento, bem como suas relações afetivas principalmente com seus pais, a parte mais afetada. Ademais, tais distúrbios igualmente promovem um atraso no crescimento e no desenvolvimento da criança, limitando-as em seu

ensino-aprendizagem. A limitação da comunicação ou mesmo a ausência dela pode dificultar o aprendizado da língua, a porta para a relação do ser com seus semelhantes.

Prates e Martins (2011, p. 54) consideram a comunicação como o meio de relação do indivíduo por meio da linguagem; trata-se, pois, de um fator essencial à inserção na sociedade. Isso posto, qualquer distúrbio de comunicação causa sequelas de grande proporção na vida da criança. Dessa forma, o modo como a sociedade lida com essa questão pode afetar a infância e ocasionar traumas para toda a vida.

Diante disso, os profissionais da educação devem se preocupar em identificar casos em que a criança apresente sintomas ou mesmo dificuldade total na fala. Posteriormente, é preciso realizar um trabalho a fim de desenvolver essa habilidade, criando alternativas para que a sua limitação seja amenizada por meio de atividades ou de outros auxílios, a fim de que sua inserção na sociedade seja realizada de forma tranquila.

A percepção do distúrbio pode ser pelo desenvolvimento educacional atrasado ou de muita dificuldade, já que os níveis de gravidade são diversos. Ou com muita dificuldade, pois pode ser identificado diversos níveis de gravidade. Vale ressaltar que vários fatores são relacionados a esse déficit, entre eles, auditivos, linguísticos e cognitivos, e podem ocasionar um grande prejuízo no crescimento da criança.

Acerca da importância da comunicação ao desenvolvimento da criança, Prates e Martins (2011, p. 55) afirmam que as ações comunicativas principiam ainda no berço, por meio de choro, grunhidos, olhares, gestos e outros mecanismos. Passados alguns meses, passa a haver distinção de vozes, bem como a diferenciação de movimentos corporais e gestos, que são a base para a comunicação verbal e não verbal. A percepção desses sentidos é necessária para identificar algum distúrbio de comunicação em grau leve ou severo.

Pesquisas vêm sendo realizadas e discutidas acerca do tema em questão, uma vez que ele permite análises em diversos ângulos, com vistas a facilitar o contato entre profissionais e portadores.

Dentre os transtornos que apresentam o distúrbio correlato da comunicação em diversos níveis — do mais leve ao severo — podemos citar o TEA e a Síndrome de *Down* (SD). As patologias apresentadas em ambos são mais constantes em diversos casos. Nas palavras de Sun e Fernandes (2012, p. 271):

O autismo é um transtorno de desenvolvimento caracterizado por desvios qualitativos na linguagem, na interação social e na cognição. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), na Classificação Internacional de Doença, o autismo é uma síndrome presente desde o nascimento, que se manifesta antes dos 30 meses, apresentando respostas anormais e estímulos visuais ou auditivos, assim também como dificuldades nas interações comunicativas. Diversos estudos se aprofundam nas habilidades de comunicação e de linguagem das crianças autistas em busca da análise de desempenho pragmático através dos aspectos funcionais da linguagem.

Assim, podemos perceber que os estudos realizados para o aperfeiçoamento do ensino de língua portuguesa a portadores de TEA encontram algumas barreiras, já que cada portador apresenta diferentes características e, por conseguinte, há diversas formas de se proceder ao ensino-aprendizagem. Como já dito, essa dificuldade transcorre por toda a infância, passa pela adolescência e chega à fase adulta, deixando sequelas prejudiciais. Logo, o tratamento é um dos fatores essenciais para melhorar o padrão de desenvolvimento do portador do distúrbio correlato da comunicação.

Para Dadalto, Nielsen, Oliveira e Taborda (2012, p.116) "o número só tem crescido de crianças com fracasso escolar na aprendizagem da leitura e da escrita. A dificuldade na formação do saber se comunicar com eficiência e causado por sequelas do desenvolvimento da linguagem quando na sua formação". Isso posto, tal preocupação deve ser de todos os profissionais da educação, pois trata-se do alicerce da vida, bem como da substância para nutrir a comunicação dentre as suas diversas formas.

1.6 Transtorno global do desenvolvimento

O desenvolvimento infantil é um processo de evolução natural do ser humano que, por si só, contempla a aquisição de conhecimento e desenvolvimento das habilidades intelectuais e motoras. Desde os primeiros momentos de vida, a criança aprende a sobreviver e a adaptar-se ao mundo apresentado pelos pais.

Como já dissemos, a comunicação é um dos fatores essenciais para o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, os transtornos globais do

desenvolvimento afetam o processo de construção de todo o sistema necessário à comunicação e às habilidades de cognitivas, estabelecendo limites na construção do conhecimento. Assim, os portadores do TEA sofrem de diversas características citadas nos estudos específicos dos transtornos. Uma forma de auxiliá-los é o diagnóstico precoce, seguido do tratamento na área da saúde e na educacional. Na visão de Lyra e Souper (2015, p.01):

Transtornos Globais do desenvolvimento pela gravidade como afetam o processo evolutivo da criança nos aspectos da comunicação, interação social e manifestações comportamentais, desde os primeiros anos de vida. Apesar das dificuldades implícitas no espectro autista, verifica-se a eficácia de práticas bem-sucedidas nas áreas educacionais e clínicas, cujos resultados são mais promissores na medida em que se iniciam mais precocemente. Essa realidade põe em evidência a importância da realização do diagnóstico o mais possível.

No que tange ao local mais adequado à aprendizagem dos portadores do TEA, sempre há uma relutância dos pais e educadores acerca da definição de qual seria esse melhor lugar. A nosso ver, para se pensar nisso, é preciso, antes, ter opções, a fim de analisar com mais profundidade. E aqui salientamos que algumas unidades escolares não aceitam crianças portadoras de algum transtorno. Embora isso não seja dito diretamente, essa rejeição é feita de forma velada, mascarada e preconceituosa. Entre outras justificativas, alguns profissionais da educação informam aos familiares a impossibilidade de se colocar uma professora especialista para acompanhar o filho durante o seu momento educacional.

Ainda que a lei ampare os portadores de transtornos globais do desenvolvimento, muitos não respeitam esse direito. Vale reiterar que um dos deveres dos profissionais da educação é auxiliar, da forma necessária, os alunos, a fim de que se sintam confortáveis para estudar e desenvolver suas habilidades, mesmo que restritas e limitadas, com vistas a uma vida melhor.

A Constituição Federal, em seu Artigo 6º, esclarece: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p.01). Isso posto, concluímos que o texto é categórico

ao especificar a igualdade de direitos, porém sabemos que tais informações são passíveis de entendimentos deturpados e limitadores, tanto da parte dos profissionais da educação, quanto de alguns magistrados. Por isso, foram criadas legislações específicas para as pessoas deficientes, na qual se esclarecem seus direitos e deveres, dentre as quais destacamos:

- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: apresenta princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais;
- LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015: institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- LEI BERENICE PIANA, de nº 12.764/12: cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que reconhece que a pessoa com TEA é considerada com deficiência, para todos os efeitos legais;
- LEI de Nº 12.796/2013: determina que esse público passe a ser denominado “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Com todo esse amparo legal, ainda há preconceitos, bem como recusas para um bom desenvolvimento educacional com todo o apoio necessário. Diante disso, existem políticas nacionais desenvolvidas por diversos estudiosos da educação a fim de mudar esse contexto, que perdura por décadas, e transformar o panorama educacional, tornando-o efetivamente mais inclusivo e para todos.

Vale mencionar que os transtornos globais do desenvolvimento constam do manual DSM-IV-TR, editado pela Associação de Psiquiátrica Americana – APA. Nele, são classificados os quadros clínicos das crianças, organizados em cinco categorias diagnósticas específicas. São elas:

- Transtorno Autístico;
- Transtorno de Asperger;
- Transtorno de Rett;
- Transtorno Desintegrativo da Segunda Infância
- Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra Especificação.

As classificações dos quadros clínicos auxiliam os diagnósticos identificados pelos médicos com auxílio do corpo discente, visto que este último convive diariamente com a criança, o que pode ser grande valia na detecção de algumas características ou estereotípias apresentadas com o passar dos anos.

O transtorno global do desenvolvimento é o agrupamento de todos os transtornos, são analisados suas características, desenvolvimento, especificações e estereotípias, bem como identificar quais e quantos transtornos a criança desenvolveu. São várias vertentes de estudiosos com pensamentos diferentes e inconclusões acerca do modo de desenvolvimento de determinado transtorno, por exemplo, se adquirido por meio de genes dos pais ou por idade dos genitores. De todo modo, não se tem uma conclusão; trata-se de hipóteses levantadas no decorrer das décadas.

São várias vertentes de estudiosos com pensamentos diferentes e inconclusões acerca do modo de desenvolvimento de determinado transtorno, por exemplo, se adquirido por meio de genes dos pais ou por idade dos genitores. De todo modo, não se tem uma conclusão; trata-se de hipóteses levantadas no decorrer das décadas.

Logo, pesquisas vêm sendo desenvolvidas a fim de que se tenha uma definição correta dos fatores causadores dos transtornos, porém ainda não se chegou a um resultado preciso. Por essa razão, estamos em busca de conhecimento para auxiliar pais e mães nessa caminhada com seus filhos e parentes portadores de transtornos diversos.

1.7 Transtornos relacionados

Os transtornos relacionados correspondem ao conjunto de condições que um portador de TDA pode apresentar durante o seu desenvolvimento social e a sua formação educacional. A seguir, citamos alguns deles, encontrados na literatura pesquisada:

- a. Transtorno de Rett: afeta o desenvolvimento neurológico da criança. São casos raros e que afetam um número maior de meninas;

- b. Transtorno desintegrativo da segunda infância: provoca atraso no desenvolvimento nas habilidades motoras, na linguagem e na interação social. Desenvolve-se nos primeiros anos de vida e, após alguns anos, o portador pode perder as habilidades adquiridas;
- c. Síndrome do x frágil: corresponde a uma mutação no gene FMR1, causando atraso no desenvolvimento da fala e da linguagem, bem como deficiência intelectual, ansiedade e comportamento hiperativo.
- b. Esclerose tuberosa: é uma doença hereditária, causada por mutações nos genes. Os portadores apresentam epilepsia, retardo mental, deficiência intelectual e anormalidades na pele.
- c. Síndrome de Angelman: afeta principalmente o sistema nervoso, provocando atrasos no desenvolvimento, bem como deficiência intelectual, comprometimento da fala e da linguagem, dos movimentos e do equilíbrio. Caracteriza-se por causar crises de epilepsia.
- d. CDKL5: apresenta características clínicas relacionadas à síndrome de Rett e, por essa razão pode haver confusão entre ambas. No entanto, os sintomas são distintos.
- e. Phelan McDermid: afeta o neurodesenvolvimento e pode apresentar características do autismo. Entretanto, o mais comum é a deficiência intelectual, bem como atraso na fala ou ausência dela.
- f. Síndrome de Timothy: ocasiona problemas cardíacos, sindactilia — união de dois ou mais dedos das mãos ou dos pés —, deformidade facial, imunodeficiência e disfunções neurológicas.
- g. Discalculia: relacionada há uma má formação neurológica que afeta a percepção de números, operações matemáticas e linguagens próprias.

No que tange ao TEA, essas características podem confundir as avaliações dos portadores do transtorno que é foco desta pesquisa. Assim, a presença de outros sintomas pode ocasionar falhas na detecção necessária, a fim de se aplicar uma metodologia adequada em sala de aula. Vale ressaltar que alguns profissionais da educação não consideram importante a avaliação escolar para auxiliar no diagnóstico médico, essa avaliação é muito importante, somos os profissionais que estamos ao lado do aluno portador de TEA por mais tempo até que os pais, por isso, temos que ter uma atenção especial para o desenvolvimento do aluno.

Em se tratando de educação, somos a ponta da lança e, por conseguinte, devemos sempre estar prontos e dispostos a realizar o melhor trabalho. Caso contrário, podemos prejudicar o ensino-aprendizagem de diversos estudantes.

Em síntese, nesta seção, pudemos apresentar uma visão da amplitude do tema, bem como dos diversos transtornos associados ao TEA. Ademais, apresentamos uma perspectiva cronológica, segundo a qual constatamos o avanço nos estudos relacionados às necessidades especiais, uma vez que, décadas atrás, muitas pessoas portadoras de transtornos eram tratadas como “dementes” ou “loucas”, internadas em manicômios, nos quais recebiam tratamentos arcaicos e pouco eficazes. Com a evolução dessas pesquisas, passou-se a vislumbrar as reais causas desses problemas, o que ocasionou uma mudança no tratamento desse público, que necessita de tratamento adequado e de amor, retirando-o da condição de pessoas excluídas e banidas do meio social. Na próxima seção, tratamos do contexto histórico e como é conduzido a educação no Brasil, voltado para a educação inclusiva especialmente aos alunos portadores de TEA.

2. EDUCAÇÃO

Esta seção trataremos do percurso histórico da educação inclusiva brasileira e como lidamos com todas as mudanças que aconteceram durante décadas e a luta dos professores e pais de alunos portadores do TEA, passaram e passam.

2.1 A educação no Brasil

Em comparação com outros países, a educação brasileira tem um início tardio. Desde o período da colonização, o estudo era voltado apenas a pessoas da corte ou donos de fazendas, que podiam enviar seus filhos para Europa a fim de adquirir conhecimento e, com isso, manter as relações de poder, deixando as classes mais baixas sem instrução, dominada e limitada a trabalhos braçais. Nas palavras de Trigueiro (2016, p. 49):

A escola tem a função de socializar os indivíduos, imprimindo cultura e valores morais, além de transmitir os conhecimentos científicos acumulados pela humanidade e preparar as pessoas para trabalhar e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, durante muito tempo, esse conhecimento científico foi reservado para os homens oriundos de famílias abastadas, e não havia uma instituição promotora do saber nos moldes como conhecemos hoje.

Assim, tivemos, por muito tempo, um ensino precário, com possibilidades mínimas para o estudo; não havia interesse da parte dos governantes, e a educação foi deixada de lado por muitas décadas.

Com o passar do tempo, abriu-se espaço para a educação de outras classes, porém de forma muito limitada: tudo era distante, havia muita dificuldade de acesso, e os governantes não tinham nenhuma preocupação em oferecer ensino para todos. Portanto, não era obrigatório ter nível escolar para trabalhar; apenas trabalhos braçais eram disponibilizados aos que não tinham nenhuma renda, o que propiciava o pagamento de salários irrisórios.

Com a chegada das indústrias, a educação passa a ser necessária ao desenvolvimento da economia brasileira. As mulheres, por exemplo, passaram a estudar em escolas separadas, uma vez que elas também começaram a trabalhar, e

seus filhos precisavam de local para ficar. Tudo isso culminou na popularização da educação, embora ainda sem a obrigação do governo. De acordo com Trigueiro (2016, p. 51):

A escola, em todas as suas modalidades de ensino, tem como principal função fazer a mediação entre indivíduo e a sociedade, transmitindo cultura, modelos sociais de comportamento e valores morais. Em resumo, sua função é preparar as crianças para viverem no mundo adulto. Na escola, elas aprendem a assimilar as regras sociais, os conhecimentos clássicos de diversas áreas disciplinares (leitura, escrita, cálculo, ciência etc.), os valores morais coletivos e os modelos de comportamento considerados adequados pela sociedade, além de também aprenderem a trabalhar. Apreender esses elementos sempre foi necessário: no entanto, essa instituição nem sempre existiu nos moldes que conhecemos hoje, por isso é tão importante introduzir alguns elementos do seu desenvolvimento em nossa sociedade.

Como vemos, a evolução da educação foi tardia e, mesmo com a posterior obrigatoriedade, ela se deu de modo precário, uma vez que algumas unidades escolares não tinham condições de acolher todos os alunos. Ademais, as diferentes regiões do país, com suas diferentes características, demandavam o ensino de conhecimentos específicos por parte dos educadores. Durante muito tempo, as mulheres eram prioritariamente os profissionais da educação; elas se disponibilizavam a lecionar por vocação, muitas vezes munidas de seu conhecimento empírico, além da vontade de ensinar.

Com a constituição de 1988, o direito à educação, à saúde e à segurança passou a ser oficialmente de todos e, a partir daí, a primeira se tornou uma obrigação do governo. Vale ressaltar que essa noção de obrigatoriedade ainda sofreu diversas reformulações até chegar a uma educação acessível a todos, dos 4 aos 17 anos. Dito de outro modo, a constante evolução da educação brasileira passou a contemplar diversos aspectos, visando à melhoria da educação, sem distinção de classe social, voltada para a inclusão e inserção de todos, em prol da evolução do país.

No entanto, tais mudanças sempre ocorreram de forma lenta. No que tange à inclusão, ela ocorreu com algumas adaptações, ou seja, não se concretizou como na teoria. Foram necessárias, portanto, algumas reformulações nas leis de diretrizes

educacionais para se ter uma melhor aplicabilidade, deixando o aluno confortável para participar de aulas em escolas inclusivas sem sofrer preconceito ou exclusão social pelos alunos e até pelo corpo docente.

Dentre as diversas modificações e transformações, podemos citar a educação especial, em salas ou unidades diferenciadas das escolas inclusivas. A falta de conhecimento e consideração para com os estudantes portadores de deficiência ou transtornos fazia com que a educação estivesse longe de oferecer tratamento digno a esse público. As salas eram regidas por profissionais sem nenhuma especialização, e o sistema servia apenas para deixar esses estudantes isolados dos demais. Aos poucos, as pesquisas mostravam que esse tipo de tratamento não era adequado, muito menos eficiente. Assim, por muitos anos, foram deixados de lado muitos educandos com capacidade física limitada, porém com capacidade intelectual invejada por muitos.

Com o passar do tempo, tornou-se primordial uma transformação da educação. Passou-se efetivamente a pensar em todos os discentes, independentemente de seu grau de dificuldade e das adaptações necessárias para que pudessem estudar. Nesse sentido, leis foram criadas para resguardá-los e ampará-los.

Hoje, percebemos o quão importante foi a luta para a igualdade de direitos, bem como a especialização dos professores e a modificação de pensamentos de profissionais da educação, pais e governantes. Essa mudança foi crucial para a inclusão social de todos os cidadãos, com vistas a um futuro melhor. Embora ainda haja muito a conseguir, se voltarmos ao passado, veremos que a evolução foi significativa.

2.2 A formação do professor para a educação especializada

Ao longo dos anos, a forma de preparar os profissionais da educação se modificou por diversas vezes. Tais modificações e adaptações estão relacionadas à evolução do mundo e, por conseguinte, do modo de educar. Com o avanço das tecnologias, padrões educacionais vêm sendo aplicados na formação de professores, deixando algumas lacunas na formação e na prática realizadas nos estágios em unidades educacionais. Ademais, não há uma fiscalização rigorosa para verificar como tem ocorrido o aprendizado desses profissionais.

O tema da formação de professores também é muito caro a inúmeros estudiosos. Isso porque a formação inicial tem contemplado apenas a teoria, deixando-se de lado a prática e não mostrando a realidade que o professor enfrentará na sala de aula. Com a facilidade de realizar uma pós-graduação em formato rápido e de fácil acesso, muitos profissionais estão buscando a formação e educação especializada, por diversas razões, entre elas: gostar do trabalho, trabalhar apenas com um aluno, entre outras. Diante disso, é lícito questionar quais os requisitos para se trabalhar com o ensino especializado, um labor delicado e muito específico. Nos dizeres de Leal e Lustosa (2015, p. 01):

A proposta da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem lançado novos desafios para a formação docente, em especial, para a formação de professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto das instituições públicas. Os impasses quanto a formação inicial desses professores, as contraditórias iniciativas do poder público quanto à sua formação em serviço, a proliferação mercadológica de cursos de pós-graduação lato sensu em Educação Especial e os limites impostos pela política governamental para uma atuação orgânica e colaborativa na escola são pontos que merecem destaque.

Assim, o trabalho do professor de educação especializada passa por um processo de transformação e adaptação do conhecimento adquirido na sua formação inicial, além do acréscimo de outros conhecimentos, obtidos em sua especialização. Nela, esse profissional entra em contato com outros temas e teóricos específicos.

Se pesquisarmos a grade de diversas universidades, constataremos uma variedade de conteúdo; dito de outro modo, não há um padrão específico e unificado a fim de que todos os profissionais falem a mesma língua no ensino. Ainda que já tenhamos passado por um processo de evolução educacional, ainda há essa diversidade de ensino, deixando alguns pontos negativos aparentes e que serão levados para a sala de aula. Nesse contexto, o aluno acaba se tornando a única experiência do docente, visto que não existe um estágio obrigatório para tal modelo de formação.

No entanto, não podemos generalizar todos os cursos, tampouco todos os profissionais. Embora os casos aqui apontados sejam pontuais, o órgão regulador dessa especialização não percebeu o quanto é necessária uma observação maior

para esses profissionais. Para Leal e Lustosa (2005, p. 01), no sistema educacional brasileiro, há uma fragilidade em sua estrutura, no que tange à inclusão dos alunos com deficiência. Por diversos anos, esse sistema passou por dificuldades de adaptações e elaborações a fim de inclui-los em salas de aula regulares e de forma que essa inclusão não se desse sem a adequação suficiente para que todas as deficiências fossem agregadas à lei de inclusão.

Vale ressaltar que a fragilidade se apresenta tanto na formação quanto no sistema das aulas para as pessoas deficientes ou portadores de transtornos. Sobre o segundo aspecto, não há uma regulamentação do formato dessas aulas, tampouco de qual sistema deve ser utilizado em cada caso. Logo, podemos ver que não é apenas um segmento educacional que apresenta tal deficiência — particular ou público —, mas sim o sistema educacional como um todo. Trata-se, pois, de um modelo segregado, pessoas deficientes e que grita por uma melhora.

Há dois tipos de visões dos profissionais que se profissionalizam na educação especializada. De um lado, estão os professores das escolas particulares, que sempre contam com o apoio de outro profissional ou mesmo apoiam o professor em sala de aula. Nesses casos, eles precisam se dedicar a apenas um aluno e contam com o apoio da direção escolar, que verifica quais necessidades e falhas devem ser sanadas para o melhor desenvolvimento do educando. De outro lado, há os docentes da escola pública, que já passa por dificuldades para promover o ensino dos alunos regulares, uma vez que as salas são superlotadas e sem qualquer auxílio de outros profissionais. Quando se trata de Atendimento Educacional Especializado (AEE), essas dificuldades se amplificam e, no caso do trabalho com portadores de TDA, por exemplo, não há apoio, muito menos um profissional específico para ficar com o aluno. Desse modo, o desenvolvimento das aulas segue o percurso normal de todos os dias, ocorrendo um acúmulo de função e de trabalho, pois a atenção fica dividida para todos os alunos.

Como vemos, ainda existe a necessidade de um apoio da gestão educacional, visto que a parte operacional passa por dificuldades; na verdade, é possível dizer que esta última. Tudo isso dificulta o ensino ao aluno, a parte mais importante de todo o processo educacional.

E aqui retomamos a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (BRASIL, 1996) e a Resolução CNE/CEB nº 02/01, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). Ambas tratam das especificidades para se trabalhar a inclusão de pessoas deficientes e portadores de

transtorno na sala de aula regular. Ademais, existe a Resolução CNE/CP nº 1/2006, que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (BRASIL, 2006). Assim, é possível conhecer as especificações para um especialista em educação inclusiva, que pode receber diferentes denominações nas faculdades e universidades que disponibilizam cursos para profissionais licenciados.

Além disso, há a Resolução CNE/CEB nº 04/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009). Todavia, são perceptíveis as lacunas existentes; não há uma especificação do cronograma educacional, bibliografias específicas ou uma direção a ser tomada, com vistas a não se fugir do padrão necessário a um trabalho muito específico e que demanda formação sólida, pois são alunos em adaptações sociais e morais e em convívio com outros alunos a fim de terem uma melhora em suas vidas.

Também não podemos nos esquecer da Resolução nº 02/01 (BRASIL, 2001) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ela determina, no artigo 2º, que “os sistemas de ensino deverão matricular a todos os alunos, e às escolas caberá a responsabilidade de organizar o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando uma educação de qualidade para todos”. Como vemos, muitos pontos específicos são citados nas legislações, mas, com relação à dinâmica diária, a responsabilidade ainda recai sobre o profissional educador, que está à frente de todo o sistema e, por isso, é preciso ser engajado e preparado para essa atribuição de professor especializado.

2.3 Educação para o portador do Transtorno do Espectro Autista

Como já mencionamos, no percurso histórico da educação brasileira, o portador de TEA esteve, por décadas, deixado de lado, assim como os demais portadores de deficiência e/ou transtornos identificados por estudos e exames específicos. Até então, todos eram ignorados e não havia qualquer pensamento de melhorar sua condição.

Com o passar do tempo e com a luta de muitas mães e estudiosos para que fosse realmente seja revista toda essa situação, houve melhoras consideráveis, porém, até hoje, muitos pais não aceitam que seu filho seja portador de Tea. Além disso, alguns professores ainda são relutantes quanto à inclusão e permanecem com

um olhar de exclusão, partindo da premissa de que esses alunos “atrapalham” o desenvolvimento da aula e não agregam em nada.

Assim, a luta continua grande e parece não ter fim, uma vez que esses estudantes precisam do auxílio de um profissional e não podem ser deixados apenas sob o cuidado de pais e responsáveis. Isso porque, em muitos casos, há mães solteiras, cujos companheiros as abandonaram ao saber do diagnóstico do TEA, uma vez que a educação dessa criança não será como a dos demais, exigindo maior atenção e cuidado.

Uma vez que essa educação carece de ser cuidadosa e acompanhada por profissionais especializados no assunto, não podemos fechar os olhos para ela, que já não recebe a atenção que deveria. Vale mencionar que, em algumas unidades escolares, a aceitação é muito complicada. Por essa razão, o professor não deve estar sozinho em sala de aula, embora haja relatos de que os gestores ignoram as exigências preconizadas nas leis que amparam os discentes e os docentes. Há, ainda, situações em que o docente tem mais de um aluno portador de deficiência motora ou cognitiva, ou portador de TEA. O resultado é uma educação falha, também pelo fato de a profissão docente ser relegada a uma segunda instância, partindo-se da premissa de que os educadores são profissionais de fácil adaptação e sempre encontram soluções para os problemas.

Como já mencionamos, os direitos de todos são citados em diversos documentos legais, para que a educação seja realizada de um formato de isonomia, porém ainda existem falhas nos direitos relacionados aos alunos portadores de TEA. Conforme relatos de mães e responsáveis, algumas unidades escolares não só se recusam a matricular esses discentes, como também pedem que os responsáveis paguem um valor um pouco maior, a fim de contratar uma auxiliar que fique à disposição do aluno; há casos em que o aluno é aceito e, posteriormente, a escola informa que ele não está se adaptando e, com isso, pede a sua saída. Em síntese, são vários os casos de descumprimento da lei, ainda que ocorram de forma velada, para que não haja retaliações ou processos. A visão capitalista ainda impera e revela que a educação ainda não é vista como um modo de evolução para as crianças, mas sim como uma fonte de renda.

Enfatizamos que o processo educacional apresenta caráter de construção de conhecimento e desenvolvimento para que o indivíduo se relacione em grupo, tenha uma boa inserção social, aceitável e tranquila. Não se trata apenas de um sistema de

conhecimento específico e de construção de saberes, mas que gere conhecimento acerca de viver e de saber viver.

Mesmo assim, muitos educadores e gestores desconhecem ou não reconhecem que a educação inclusiva é necessária para todos, e não só para o portador de TEA ou deficiência, pois todos aprendem com essa interação. Assim, ela não é uma via de mão única, mas de mão dupla, gratificante para todos. De acordo com Bruel (2012, p. 17):

Há diferentes modos de compreender o conceito do termo educação, tendo em vista, seu caráter polissêmico e, de outro, as diversas concepções teóricas-filosóficas que podem conferir-lhe distintas interpretações. Portanto, é fundamental a discussão sobre as possíveis sobre as possíveis explicações para a educação.

Uma sociedade com uma educação adequada melhora as condições de vida dos cidadãos e, em se tratando da educação especializada, todos têm esse direito. Em suma, todos têm direito de viver em sociedade de forma igualitária.

2.3.1 A Educação para o portador do Transtorno do Espectro Autista em escola inclusiva

De saída, esclarecemos que, na vasta pesquisa aqui empreendida, encontramos apenas o termo “escola regular”. No entanto, partindo da premissa adotada no presente trabalho, optamos por utilizar o termo “educação inclusiva”. Para justificar tal escolha, passamos à caracterização de cada um dos conceitos.

Escola regular é o termo utilizado para a educação comum, na qual os níveis de ensino são estabelecidos por meio de regras que direcionam os indivíduos em suas faixas etárias de compreensão e aprendizagem. Isso faz com que ela se torne segregadora e limitadora de padrões de pessoas com características definidas e conhecimentos já estabelecidos.

Em contrapartida, a escola inclusiva se baseia na distinção entre incluir e segregar. O primeiro termo refere-se a não determinar padrões de pessoas ou de conhecimento para fazer parte da sociedade escolar; é a garantia de o aluno estar no convívio com todos, mesmo que com suas limitações motoras e cognitivas. Partindo dessa premissa, os educadores devem compreender o sistema educacional do

passado e o de hoje, passando por uma reformulação de conceitos e de formas de aprendizagem: antes, o estudante se “adaptava” ao sistema e perseguia o conhecimento; hoje, o professor cria condições para aprender, transforma as metodologias e direciona o conhecimento para todos.

Assim, a educação em escola regular reduzia-se apenas aos estudantes sem nenhuma deficiência ou transtorno, pois o educador da época não tinha essa preocupação em trabalhar integralmente uma interação para um bom convívio de todos. Como já dito, em algumas instituições, havia uma sala de aula separada para portadores de transtornos ou pessoas deficientes estudarem.

Com a evolução da educação, os pensamentos se voltaram para uma educação para todos, com direitos iguais e de forma eficiente. Em algumas escolas, professores auxiliares especializados e com entendimento do assunto trabalham com o professor, com vistas a uma eficiente evolução dos educandos necessitados de uma atenção especial. Verificamos que, em algumas escolas, há essa preocupação para com o aluno, porém, em outras, não vemos essa preocupação: nelas, o discente tem de acompanhar, com seus esforços, os demais, visto que não há auxiliar e, quando isso ocorre, ele não tem o conhecimento necessário para trabalhar com os portadores de TEA.

O convívio com outros discentes também deve ser acompanhado para um bom desenvolvimento social. Entretanto, com a evolução da educação inclusiva, tais acontecimentos de preconceito ou retaliação tem se reduzido.

Em síntese, a inclusão educacional foi estudada, por meio de experimentos, e colocada em prática, porém, como já mencionamos, muitos gestores não respeitam a lei. Ademais, há auxiliares sem conhecimento prático educacional ou estagiários, que desconhecem os formatos necessários para que aula seja tranquila e tenha qualidade.

A educação, em sentido amplo, está relacionada a diferentes ações, relações e espaços de interação humana que possibilitam a apropriação de cultura e de modos de ser, pensar e agir sobre a realidade, o mundo e o próprio ser humano. Portanto, nessa perspectiva, a educação é ação que se realiza em múltiplos espaços nos processos de interação entre diferentes sujeitos históricos (BRUEL, 2012, p. 17).

Durante as pesquisas tivemos o prazer de passar por diversos estudiosos empenhados no assunto, porém alguns momentos verificamos que muito se fala de escola inclusiva, educação para todos. Uma pesquisa realizada por Silva (2012) chamou nossa atenção e trouxe uma perspectiva com a qual ainda não nos havíamos deparado: o percurso histórico da nomenclatura “educação inclusiva” foi se modificando por meio dos estudos realizados e, conseqüentemente, do avanço no conhecimento sobre o tema.

Percebemos, portanto, que a evolução só não foi na forma de lidar e trabalhar com a inclusão das escolas, mas também no tratamento da terminologia sobre o assunto, que foi se modificando com o tempo, em um formato de evolução necessária para o nosso crescimento. A nosso ver, essa evolução será constante, em consonância com os estudos e o aprofundamento no tema TEA e educação inclusiva.

2.3.2 A Educação para o portador do Transtorno do Espectro Autista em escola especializada

As escolas especializadas estão adaptadas à educação especializada a portadores de TEA, embora se tenham verificado algumas falhas na metodologia utilizada nas salas de aula no ensino de língua portuguesa. O número de alunos é reduzido, e os profissionais são especializados na inclusão. Em algumas delas, observamos que não há aulas para o aprendizado dos alunos, mas sim com vistas à sua interação social, mesmo os que apresentam condições de obter um ensino-aprendizado para melhorar seu desenvolvimento social.

No que tange aos portadores de TEA e/ou deficiências físicas, cognitivas e motoras, existem diversas unidades escolares, que trabalham a relação social dos alunos portadores do TEA com os demais alunos, esse mecanismo de relação social auxilia no tratamento e faz com que todos participem dessa evolução gradativa, porém muito eficiente.

Alguns professores solicitam esse acompanhamento para ajudar no desenvolvimento educacional; outros têm o pensamento de que não deveria existir a inclusão, pois ainda há quem duvide de sua eficácia. Nas palavras de Koscheck (2019, p. 02):

O movimento de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais é algo relativamente recente em âmbito

nacional. Historicamente, a existência discriminatória da escola e de toda sociedade limita-se à escolarização de um grupo seletivo e homogêneo de pessoas. Os que não pertenciam a esse grupo ficavam excluídos dessa sociedade.

No entanto, não podemos afirmar que a escola especializada é a única alternativa para os portadores de TEA; trata-se, mais especificamente, de um auxílio para o desenvolvimento e a ampliação do conhecimento, bem como da socialização. Mais uma vez, ressaltamos que, durante muitos anos, não havia conhecimento suficiente que justificasse a necessidade de existirem escolas nas quais os pais ou responsáveis de alunos portadores de TEA pudessem colocar seus filhos. E aqui cabe destacar que, em alguns casos, esses portadores não têm como estudar em uma escola inclusiva, por diversos motivos e limitações. Contudo, isso precisa ser analisado com muita cautela, para não segregarmos vidas e tolhermos possibilidades de crescimento intelectual dos alunos.

A fim de que haja uma educação eficiente, voltada completamente para a plena formação dos estudantes, uma das opções é o sistema AEE – Atendimento Educacional Especializado, destinado a todos os portadores de TEA, independentemente de seu nível de desenvolvimento. Esse sistema deve ser introduzido em escolas inclusivas, como um sistema de apoio ao aluno matriculado. Entretanto, ainda não há, em todas as escolas, profissionais especializados para o trabalho com tal metodologia. Além disso, não podemos esquecer o trabalho realizado por profissionais dedicados, que abraçam a causa do ensino inclusivo de forma grandiosa e valiosa, mesmo com todas as dificuldades encontradas no decorrer das atividades educacionais.

Em suma, verificamos a existência de olhares bem distintos para a educação de TEA em escolas tradicionais ou especializadas: o olhar governamental, segundo o qual tudo funciona normalmente e não carece de nenhuma mudança, pois as informações não chegam como deveriam; o olhar do pesquisador, que vê a necessidade de melhorar, explorando todas as possibilidades e encontrando caminhos para o melhor desenvolvimento do trabalho docente, que, por sua vez, é o de encontrar os meios mais apropriados para oferecer um ensino igualitário a quem quer que seja; e, por fim, o olhar mais importante, isto é, do profissional que está à frente da aplicação de todos os conceitos e leis existentes, mas que, em alguns

momentos, não tem apoio ou conhecimento acerca de determinadas situações com as quais se depara.

3. MATERIAL DIDÁTICO UTILIZADO EM ESCOLAS DE AULA TENDO A AGRANCÊNCIA PARA OS ALUNOS

Nessa seção trataremos dos materiais didáticos disponibilizados para os professores trabalharem com os alunos em sala de aula, são materiais didáticos comum para todos os alunos, dessa forma a aplicabilidade e a metodologia utilizada vai depender dos mecanismos de conhecimento do professor que criará os meios necessários para alcançar o ensino-aprendizagem eficiente.

3.1 Materiais didáticos.

Nessa seção trataremos dos materiais didáticos disponibilizados para os professores trabalharem com os alunos em sala de aula, são materiais didáticos comum para todos os alunos, dessa forma a aplicabilidade e a metodologia utilizada vai depender dos mecanismos de conhecimento do professor que criará os meios necessários para alcançar o ensino-aprendizagem eficiente.

DECRETO Nº 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 1º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL 2020)

Quanto aos materiais, eles são específicos para:

- Deficiências Intelectuais;
- Deficiência Visuais;
- Deficiências Motoras;
- Deficiências Auditivas;
- Alunos de Altas Habilidades ou de Alto Funcionamento (Superdotação).

Com relação aos materiais para os portadores de TEA, são elaborados pelos professores que, no seu dia a dia, verificam a necessidade de preparar atividades extras para que o aluno acompanhe os demais. Vale ressaltar que isso contempla todos os aspectos do transtorno, até alunos com AH/SD.

Alguns docentes de escolas inclusivas com sistema apostilado também têm essa dificuldade de ensinar portadores de necessidades especiais, por um simples motivo: o sistema em questão não tem um material de integração natural, que sirva para todos os alunos, deixando o professor livre para escolher as estratégias para o desenvolvimento da aula. Elas não são adaptações do material, mas sim adequações para a inclusão dos estudantes portadores de TEA.

Em pesquisa realizada nos materiais apostilados, verificamos que não há possibilidade de mudanças da aplicação do conteúdo; são materiais engessados na estratégia já estabelecida durante a elaboração do material.

No que tange ao ensino de língua portuguesa, ele visa, durante todo o percurso escolar, à comunicação e interação social dos cidadãos, visto que todos têm direito de se comunicar e participar da sociedade de forma efetiva, entendendo e opinando para um país e uma sociedade melhores. De acordo com Gomes (2015, p. 07):

O ensino da língua materna nos primeiros anos da vida escolar de um aluno é uma responsabilidade incomensurável. Mas, certamente, com um bom trabalho efetuado, torna-se, também, uma realização muito gratificante. Do bom resultado desse empreendimento dependerá toda a vida acadêmica desse aluno, uma vez que a leitura, além de propiciarem um bom uso da comunicação oral, estão presentes em todas as disciplinas no ensino fundamental, médio e superior e vão, com certeza, acompanhá-lo em todos os contextos de sua vida.

Por esse motivo, existe a preocupação com uma educação eficiente para todos, sem criar rótulos ou priorizar determinado grupo. Mesmo assim, alguns profissionais ainda relutam para desenvolver a inclusão por vários motivos, entre eles: a falta de auxílio da gestão e coordenação das unidades escolares, as salas de aulas superlotadas e a falta de auxiliares na sala de aula para amparar e apoiar os alunos portadores de necessidades especiais. Em outras palavras:

A presença de alunos com necessidades educacionais especiais, decorrente de deficiência, nas classes comuns tem sido um dos grandes desafios enfrentados pelos profissionais da Educação, nos últimos anos, em especial os professores que atuam nas salas de aula de Educação Básica, nas séries que compõem o Ensino Fundamental (LOPES, 2008, p. 04).

Antes de nos debruçarmos sobre os materiais utilizados nas atividades educacionais especializadas, é preciso mencionar o amparo legal para o cumprimento das regras estabelecidas. A lei nº 13,146, de 6 de julho de 2015, esclarece alguns pontos importantes para a efetividade da educação especializada:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, ano, p.01)

No próximo artigo da mesma lei, encontramos detalhes acerca de como devemos agir no trabalho com a educação especializada:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

Uma das atribuições do poder público é assegurar o direito de todos os portadores de deficiências a vaga em uma escola especializada ou inclusiva, dependendo da necessidade de cada aluno. Assim, é preciso desenvolver mecanismos para a inclusão dos alunos, para uma melhora na interação social e a aprendizagem.

Nesse percurso, destacamos dois pontos importantes: acompanhar e avaliar. Ambos suscitam dúvidas quanto a quem deve acompanhar e avaliar, como deve ser realizada essa inspeção nas unidades escolares e quais critérios devem ser analisados. São questionamentos pertinentes, encontrados no trabalho diário, para os quais não encontramos respostas.

No que se refere às atividades de vida diária, elas são um dos exercícios de aprendizagem relacionados a todas as deficiências apresentadas. Trata-se de exercícios diários realizados, em algumas situações, com o auxílio de uma pessoa. De todo modo, mas todos têm o desejo de realizar as atividades diárias sozinhos, pois isso é uma independência, uma liberdade e uma conquista, tanto para o portador quanto para os pais e responsáveis, preocupados com o futuro de seus filhos.

As atividades relacionadas são: higiene pessoal, vestuário, alimentação, organização e limpeza do ambiente. Ademais, há atividades extras, em lugares em que será exigido, além das habilidades, o controle emocional, por exemplo: compras, viagens, trabalho e a interação social

3.1.1 Deficiências intelectuais

As deficiências intelectuais são consideradas um atraso no desenvolvimento cognitivo para a realização de atividades diárias ou de aprendizagem. Por afetarem a rotina normal do percurso escolar, é necessário auxílio para o ensino-aprendizagem nas escolas especializadas e inclusivas. Leves, moderadas, graves e profundas, cada uma com suas peculiaridades e, em cada pessoa, podem ser percebidas de uma forma, ou seja, nunca são iguais, mas apenas semelhantes. Nunca sendo igual, apenas semelhante. Na opinião de:

Assim, os materiais didático-pedagógicos deverão ser utilizados como meios, os quais o professor se utilizará para favorecer o desempenho do aluno incentivando-o em suas pesquisas, auxiliando-o em suas dificuldades diárias em sala de aula, colaborando de maneira significativa em suas necessidades (CARRAPICHO, 2010, p. 02).

Nesse sentido, a língua portuguesa deve ser considerada uma comunicação de berço, pois estamos em contato direto com a língua desde a tenra idade. Como já dissemos, crianças portadoras de TEA podem apresentar esse déficit e é nesse aspecto que entra o trabalho de convívio e ensino para que o grupo multidisciplinar possa agir e trabalhar no crescimento e desenvolvimento do saber, apresentando meios de comunicação para tornar a vida do portador melhor e mais tranquila.

A língua portuguesa não deve ser considerada uma disciplina de conceitos e cronogramas de conhecimento, mas uma diretriz de identidade nacional. Em outras palavras, embora o país seja composto por diversas etnias, é preciso valorizar a língua oficial, expressão da cultura do povo. Como educadores, devemos incentivar a comunicação dos nossos alunos, apesar de suas dificuldades. Assim, é necessário criar condições de aprendizagem e utilizar as diretrizes e metodologias necessárias para o avanço da comunicação dos portadores de TEA.

A língua portuguesa não deve ser considerada uma disciplina de conceitos e cronogramas de conhecimento, mas uma diretriz de identidade nacional. Em outras palavras, embora o país seja composto por diversas etnias, é preciso valorizar a língua oficial, expressão da cultura do povo. Como educadores, devemos incentivar a comunicação dos nossos alunos, apesar de suas dificuldades. Assim, é necessário criar condições de aprendizagem e utilizar as diretrizes e metodologias necessárias para o avanço da comunicação dos portadores de TEA.

Com relação aos materiais analisados, trata-se de atividades produzidas por professores, para serem aplicadas em sala de aula, em um formato de laboratório, pois cada aluno tem uma necessidade específica. Por conseguinte, o docente precisa modificá-las para melhor desenvolver o ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o ensino de língua portuguesa visa à comunicação verbal ou não verbal e, em alguns momentos, deixa-se de lado o ensino aprofundado do estudo da língua; a preocupação é uma comunicação eficiente e interativa.

Escrita do próprio nome: criam-se vogais e consoantes em um papel plastificado para o ensino da junção das letras a fim de se construir o próprio nome;

- Contorno de sombra: colocam-se bonecos para criar sombras em um papel, e o aluno contorna a sombra e reproduz o desenho do animal. Trabalham-se a coordenação e a perspectiva de tamanho, bem como a profundidade e o reconhecimento dos objetos e formatos diferentes.
- Boliche de latas ou garrafas pet: uma brincadeira para ajudar na movimentação corporal, coordenação motora, perspectiva de espaço, força e distância.
- Reconhecimento de frio e quente: utilizam-se objetos com temperaturas diferentes, evitando acidentes e motivando o conhecimento da culinária posteriormente.

Essas atividades relacionadas são algumas das diversas possibilidades disponíveis para o professor elaborar e aplicar na sala de aula. Porém, como questionado por diversas vezes em nossa pesquisa, não foram encontradas produções das editoras de sistemas apostilados ou adaptações para que o estudante de escola inclusiva não se sinta excluído e segregado dos demais.

3.1.2 Deficiência Visuais

Ao longo da pesquisa, constatamos que os materiais para esse tipo de deficiência vêm sendo elaborados por muitos anos e já passaram por modificações e melhorias. Trata-se de um sistema reconhecido mundialmente, que não deixa nada a desejar aos materiais didáticos elaborados para o ensino regular.

Será relacionado os modelos de materiais utilizados no ensino da comunicação da língua materna brasileira, porém em um formato adaptado para a comunicação verbal em Língua Portuguesa e a leitura em Braille (Anagliptográfico)

Vale ressaltar que a Portaria 2678, de 24 de setembro de 2002, do Ministério da Educação (MEC), regulamenta o ensino de Braille nas escolas especializadas, bem como a utilização das atividades traduzidas para o Braille no ensino da língua materna. É o que se lê em:

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando o interesse do Governo Federal em adotar para todo o País uma política de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de aplicação, compreendendo especialmente a Língua Portuguesa; considerando a permanente evolução técnico-científica que passa a exigir sistemática avaliação e atualização dos códigos e simbologia Braille, adotados nos Países de Língua Portuguesa com o objetivo de mantê-los representativos da escrita comum; considerando os resultados dos trabalhos técnicos e das ações desenvolvidas pela Comissão Brasileira do Braille, em cumprimento ao que dispõem os incisos II, III, V, VI, VIII e IX do Art. 3º da Portaria 319, de 26 de fevereiro de 1999, que institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial - SEESP, a referida comissão; considerando os termos do Protocolo de Colaboração Brasil/Portugal nas Áreas de Uso e Modalidades de Aplicação do Sistema Braille na Língua Portuguesa, firmado em Lisboa, em 25 de maio de 2000, resolve

Art. 1º Aprovar o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomendar o seu uso em todo o território nacional, na forma da publicação Classificação Decimal Universal - CDU 376.352 deste Ministério, a partir de 01 de janeiro de 2003.

Art. 2º Colocar em vigência, por meio de seu órgão competente, a Secretaria de Educação Especial SEESP, as disposições administrativas necessárias para dar cumprimento à presente Portaria, especialmente no que concerne a difusão e a preparação de recursos humanos com vistas à implantação da Grafia Braille para a Língua Portuguesa em todo o território nacional.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2002).

Acrescente-se que o sistema de leitura de Braille é organizado para o ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência visual da educação infantil ao ensino superior. Ademais, ressaltamos que é realizada a tradução fiel dos livros e apostilas do ensino-aprendizagem, sem adaptações ou produções diferenciadas para os alunos deficientes visuais.

Assim, podemos perceber a importância desse sistema para a educação em todos os aspectos, uma vez que ele possibilita a construção de conhecimento para a vida. Segundo Oliveira e Melo (2019, p. 02), a preocupação com a educação infantil é recente no Brasil; somente após a Constituição Brasileira de 1988, ela surgiu e modificou o pensamento dos profissionais da educação, tendo como ponto principal o dever do Estado em garantir a creches, pré-escola e Educação Infantil às crianças até 5 anos.

Portanto, devemos colocar em prática o ensino de Braille para crianças, jovens e adultos pensando nas necessidades principais de interação social a comunicação verbal. Este é um dos prontos primordiais para uma vida tranquila, diminuindo a necessidade de apoio de outros para reconhecer ou entender assuntos diversos.

No Estado de São Paulo, por exemplo, é garantido o direito das pessoas deficientes visuais nos restaurantes: os estabelecimentos devem ter cardápios em Braille para que todos as pessoas deficientes visuais que saibam ler em Braille tenham o direito de escolher a sua própria refeição. Isso se verifica na Lei 12.363/97, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 36.999/97. Desse modo, o estímulo do ensino de Braille as pessoas deficientes visuais devem ser desenvolvidas muito precocemente, pois quanto mais cedo acontece o ensino, mais fácil se torna a aprendizagem. Entretanto, nada impede que adolescentes e adultos aprendam a leitura para melhorar sua qualidade de vida. Para tanto, a didática utilizada deve respeitar a fase de cada indivíduo, já que a construção do conhecimento é feita passo a passo. No caso das crianças, uma das formas utilizadas para o ensino de Braille é o modelo instrucional conhecido como Ciclo de Aprendizagem (CA) surgido em 1962 e baseado nestas três fases de instrução:

- fase de exploração;
- fase de introdução do conhecimento;
- fase de aplicação do conceito.

São conceitos de orientação para o ensino-aprendizagem no formato de construção de saber, sem passar ou deixar nada para trás. Pois todos os materiais das escolas inclusivas são traduzidos para o Braille e ensinado para os alunos.

3.1.3 Deficiências motoras

Na educação inclusiva, também é possível destacar didáticas utilizadas e materiais específicos para o ensino-aprendizagem dos alunos com deficiências motoras. No entanto, é preciso especificar, legalmente, quais limitações são enquadradas. De acordo com a Lei nº 13,146, de 6 de julho de 2015:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I – os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II – os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III – a limitação no desempenho de atividades; e
- IV – a restrição de participação (BRASIL, 2015).

Quanto aos materiais utilizados, é possível trabalhar com diversos formatos de atividades. Dentre eles, destacamos:

- Atividades com dominó de texturas, formas geométricas, numerais, relevos, figuras. Habilidades desenvolvidas: reconhecimento de cores, trabalho de percepção de igualdade ou diferença, conjunto e unidade.
- Atividades com quebra-cabeça de cubos. Habilidades desenvolvidas: percepção visual, preensão, e discriminação de figuras.
- Atividades jogo de adivinhação. Habilidades desenvolvidas: percepção tátil sinestésica, discriminação e identificação de formas e texturas.
- Atividades jogo da memória em diversos formatos. Habilidades desenvolvidas: memória visual, atenção e assimilação de igualdade.

Como vemos, existem diversas possibilidades a serem trabalhadas com os alunos nas escolas inclusivas e especializadas. Entretanto, vale ressaltar que os

professores, por muitas vezes, realizam adaptações individuais, pois cada estudante tem uma necessidade específica, ou uma forma diferente a ser trabalhada.

3.1.4 Deficiências auditivas

No percurso das pesquisas realizadas para o desenvolvimento da tese, constatamos que os materiais para as deficiências auditivas são elaborados para o ensino-aprendizagem da comunicação por meio da linguagem gestual na construção das palavras. Porém, a comunicação gestual não se resume apenas aos movimentos da mão em um formato silabário para a construção das palavras. De acordo com a Lei nº 13,146, de 6 de julho de 2015:

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

O diagnóstico precoce é muito importante para o tratamento, a fim de amenizar as dificuldades que podem surgir ao longo da vida. Isso posto, é preciso procurar logo cedo o atendimento especializado, como orientação para trabalhar com estímulo da criança, a percepção e outras acuidades necessárias.

Os materiais utilizados no sistema escolar estão disponíveis em diversos formatos e em níveis de aprendizagem para o desenvolvimento escolar especializado e regular. Vale mencionar que o ensino especializado em crianças, adolescentes e pessoas adultas deficientes auditivos não utiliza apenas materiais, mas métodos de ensino para facilitar a aprendizagem da Libras (Língua Brasileira de Sinais). Trata-se, como já dissemos, de gestos silábicos formando palavras e frases para o desenvolvimento da comunicação e entendimento com outras pessoas não surdas.

Dependendo do grau da deficiência auditiva, é possível utilizar outros mecanismos auxiliares para o desenvolvimento da fala e adaptação do processo

de aprendizagem da comunicação, bem como o aparelho auditivo. Os métodos utilizados são: oral unissensorial, oral multissensorial, comunicação total e bilinguismo. Todos eles são necessários para o desenvolvimento social, educacional e profissional uma vez que, após ter o conhecimento da língua materna, para aprender a comunicação por LSB.

Uma das atividades realizadas é a apresentação de figuras, desenhos e outros objetos da vida diária ou outros necessários para o conhecimento. Ademais, é possível realizar jogos de memória e outros, porém a explicação das regras deve ser realizada detalhadamente para a compreensão da atividade. Saliente-se que alguns aspectos trabalhados por meio desses exercícios são intelectuais, motores e sociais.

Uma forma de trabalho é em grupo, em que se promove a interação de todos e a percepção da observação para os comandos da atividade. O formato da atividade deve ser elaborado sempre com destaque para o aluno com deficiência auditiva. Alguns exemplos de jogos são: jogo da memória, quebra-cabeça, dominó, bingo de figuras, corda e pega-pega.

3.1.5 Alunos de Altas Habilidades ou de Alto Funcionamento (Superdotação)

Esta é uma das áreas mais exploradas na educação, por ser muito específica; trata-se de estudantes com produtividade muito alta, que passam da média esperada por qualquer professor em seu percurso profissional. Embora sejam apontadas muitas partes específicas e produtivas dos alunos de AH/SD, é preciso mostrar os aspectos negativos relacionados ao transtorno. Nas palavras de Mosqueira, Stoubâus e Freitas (2013, p. 17):

Acreditamos que podemos encontrar pessoas com Altas Habilidades/Superdotação motivadas para sua realização e desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Creemos também que é necessária uma Educação para o futuro que nos traga maiores possibilidades de estimular o talento, alcançando soluções viáveis para tornar-se um mundo melhor, e que tenhamos em conta elementos mais positivos para aceitar, entender, conviver e auxiliar em seu desenvolvimento aquelas pessoas com AH/SD, que merecem conviver saudavelmente e bem desenvolver suas capacidades e habilidades.

O professor que não tem o conhecimento dos alunos de alto funcionamento podem relacionar o aluno com aquele que quer aparecer perante a sala, ou não força essa facilidade de aprendizagem, deixando o aluno de lado, pois pode incomodar os outros, devemos desenvolver meios para todas as situações que apareceram durante o nosso percurso educacional.

Acerca desse assunto, há, pelo menos, três visões: a do profissional da educação, tendo o aluno superando todas as expectativas e possibilidades possíveis e esperadas pelo profissional educador; a dos pais e responsáveis que, além do orgulho, também se preocupam com o futuro de seus filhos, mas os pais não desejam filhos com dificuldade de aprendizagem, quando deparam-se com todos esses fatos pode ser um choque e um conflito, a do aluno que passa por todo esse percurso escolar sozinho e enfrenta o mundo do conhecimento diferentemente de seus pares.

Essa especificação das visões dá-se pelo fato de que, como profissionais da educação, somos suspeitos de falar sobre alunos de alta habilidades, uma vez que eles têm facilidade de aprendizagem e mostram conhecimento acima da média. No entanto, é preciso saber como lidar com essa situação em sala de aula, no sentido de aplicar atividades diferenciadas ou a mais para esse público. Embora sejam diversos aspectos empolgantes de trabalhar com tais estudantes, alguns professores ficam preocupados de não conseguir atender às suas expectativas, assim como de falhar com eles ou de ter o conhecimento suficiente para poder lecionar.

Sobre a visão dos pais e responsáveis, ela se refere ao fato de muitos não entenderem o que está acontecendo com seu filho, pois, muitas vezes, se destacam em algumas atividades e, ao mesmo tempo, apresentam dificuldades de relação social e contato. Diante disso, como lidar com esse fato diferente acontecendo, muitos por falta de conhecimento, não procuram profissionais para orientar e auxiliá-los. Há relatos de crianças portadoras de altas habilidades que, com apenas quatro anos, conversavam em inglês com seus pais, mesmo não tendo nenhum ensinamento sobre o assunto, apenas ouvindo músicas ou vendo vídeos. Diante disso, os pais ficavam desesperados para aprender a língua inglesa, a fim de ajudar seu filho.

Acerca da visão do aluno com altas habilidades, ele precisa saber como lidar com esse conhecimento sem sofrer discriminação ou preconceito — *bullying* — na escola ou nos ambientes familiares ou de lazer. Em alguns casos, a preocupação refere-se a não conseguir manter uma relação social tranquila. Vale ressaltar que a adolescência é uma das fases de conflito normal do desenvolvimento da vida.

A constatação de um aluno com AH/SD pode ser feita mediante relatório técnico emitido por um psicólogo. Entretanto, como outros profissionais têm um convívio maior com o estudante, é possível emitir um relatório multiprofissional com o auxílio dos pedagogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos e demais profissionais empenhados no sistema educacional. A resolução nº 06, de março de 2019, especifica como devemos proceder à avaliação nesses casos:

RELATÓRIO PSICOLÓGICO - Conceito e Finalidade

Art. 11 - O relatório psicológico consiste em um documento que, por meio de uma exposição escrita, descritiva e circunstanciada, considera os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida, podendo também ter caráter informativo. Visa a comunicar a atuação profissional da(o) psicóloga(o) em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento, podendo gerar orientações, recomendações, encaminhamentos e intervenções pertinentes à situação descrita no documento, não tendo como finalidade produzir diagnóstico psicológico.

I - O relatório psicológico é uma peça de natureza e valor técnico-científico, devendo conter narrativa detalhada e didática, com precisão e harmonia. A linguagem utilizada deve ser acessível e compreensível ao destinatário, respeitando os preceitos do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

II - Deve ser construído com base no registro documental elaborado pela(o) psicóloga(o), em conformidade com a Resolução CFP nº 01/2009 ou resoluções que venham a alterá-la ou substituí-la.

III - O relatório psicológico não corresponde à descrição literal das sessões, atendimento ou acolhimento realizado, salvo quando tal descrição se justifique tecnicamente. Este deve explicitar a demanda, os procedimentos e o raciocínio técnico-científico da(o) profissional, bem como suas conclusões e/ou recomendações.

RELATÓRIO MULTIPROFISSIONAL - Conceito e finalidade

Art. 12 - O relatório multiprofissional é resultante da atuação da(o) psicóloga(o) em contexto multiprofissional, podendo ser produzido em conjunto com profissionais de outras áreas, preservando-se a autonomia e a ética profissional dos envolvidos.

I - A(o) psicóloga(o) deve observar as mesmas características do relatório psicológico nos termos do Artigo 11.

II - As informações para o cumprimento dos objetivos da atuação multiprofissional devem ser registradas no relatório, em conformidade com o que institui o Código de Ética Profissional do Psicólogo em relação ao sigilo (BRASIL, 2019).

O pedagogo, na prática diária de lecionar para alunos de diferentes personalidades, habilidades, conhecimentos, aquisições de conhecimento e dificuldades, percebe, com uma consistência bem clara, o aluno com (AH/SD). A identificação passa a ser diária, e deve o profissional educador administrar — e não prejudicar — nenhuma das partes no processo de ensino-aprendizagem. O laudo só pode ser elaborado por um psiquiatra com auxílio de outros profissionais da educação. No que tange ao material didático voltado a esse público, trata-se de adaptações produzidas pelo professor para auxiliar o aluno ou não deixar de ensinar. Em suma, não encontramos produções de empresas especializadas na produção de materiais educacionais para as escolas inclusivas. Isso gera a preocupação de quando será realizada uma padronização do ensino, pois a inclusão existe sem o conceito principal, ou seja, a isonomia.

3.2 As didáticas utilizadas para o ensino de língua portuguesas ao portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Um sistema de ensino é baseado em metodologias e didáticas; seguindo-se esses dois fundamentos básicos, o ensino passa a ser prazeroso e organizado e não perde a essência da construção do conhecimento. Nesta subseção, focalizamos a didática utilizada no ensino da língua portuguesa aos portadores TEA.

Em alguns pontos específicos, ele pode seguir a mesma didática aplicada a todos os alunos da escola inclusiva, e não carece de tratamento diferenciado. Entretanto, deve ser observada a necessidade de cada aluno, a fim de que o ensino-aprendizagem esteja ao alcance de todos. Nos dizeres de Cesar (2020, p. 597):

A produção de materiais didáticos voltados para o aluno com autismo permite uma aproximação diferenciada do aluno com a disciplina que

está aprendendo na escola, por meio de imagens, objetos e cores, visando o incentivo de suas habilidades cognitivas e motoras, favorecendo assim uma melhor aprendizagem do conteúdo abordado.

Os materiais didáticos utilizados nas escolas inclusivas são preparados para o desenvolvimento de todos os alunos. Assim, o professor será o gerenciador da didática utilizada e necessária para o desenvolvimento da explicação ou atividade a ser aplicada, verificando a necessidade de mudanças no transcorrer das aulas. Esse material deve ser disponibilizado para todos, e a forma da explicação será o diferencial; algumas vertentes de estudo direcionam a diferenciação do material didático para os portadores de TEA, porém percebe-se que a utilização desse mecanismo é segregadora e diferenciadora dos demais.

O professor não é um mágico ou ilusionista, mas é o direcionador do conhecimento, abrindo portas e passagens inexploradas do cérebro. Dessa forma, devemos aproveitar o máximo do nosso conhecimento para a produção e desenvolvimento de aulas produtivas.

A língua portuguesa é um elemento necessário para o desenvolvimento social e moral de todos os cidadãos, uma vez que a comunicação é uma habilidade para a vida, necessária para a interação social. Segundo Barbosa e Junior (2020, p. 01):

O número de crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro do Autista (TEA) está cada vez mais significativo e as metodologias de ensino voltadas para esse público se fazem essenciais para a inclusão desses indivíduos nas escolas. As adaptações curriculares e as estratégias de ensino assegurem esse direito aos alunos portadores do TEA.

Alguns pontos devem ser enfatizados para entendermos como funciona a didática na prática do dia a dia. Isso porque, embora a teoria seja, à primeira vista, perfeita, a prática é muito diferente. Assim, as adaptações necessárias devem estar de acordo com o ambiente, o aluno ou os materiais disponíveis para a utilização.

Os alunos portadores do TEA têm as suas necessidades muito específicas, muito individuais, o que faz com que o professor coloque a sua percepção e sua sensibilidade para verificar qual vertente irá trabalhar, isto é, como será a aplicabilidade das atividades. Na sequência, descrevemos algumas

hipersensibilidades sensoriais que devem ser levadas em conta quando das adaptações.

A princípio, é preciso mencionar que nossos sistemas sensoriais são divididos em partes: audição, visão, olfato, paladar e tato. A eles podemos adicionar mais três: o vestibular, a propriocepção e a interocepção. O portador de TEA pode desenvolver uma sensibilidade ao sistema sensorial, causando desconforto e dificuldade de adaptação em sala de aula. Vejamos as principais:

- Hipersensibilidade sensorial da audição: dificuldade de compreensão, que prejudica o ensino-aprendizagem. O professor deve ficar atento e deslocar o aluno para o mais próximo da lousa e da mesa do docente. Quando possível, deve auxiliar na compreensão e, quando necessário, utilizar o sistema de compreensão em Libras.
- Hipersensibilidade sensorial da visão: dificuldade na visualização das atividades, que prejudica a compreensão dos exercícios e das atividades. Para auxiliar o estudante, é preciso aproximá-lo da lousa e da mesa do professor. Quando possível, o educador deve auxiliar na leitura e verificar a necessidade do sistema de leitura em Braille.
- Hipersensibilidade sensorial do olfato: sensibilidade maior aos cheiros, que traz desconforto ou dificuldade de manter o foco, agitação e estereotipias motoras. O professor deve ter a sensibilidade de verificar essas alterações de comportamento e relatar para os familiares. Também deve pedir o auxílio dos demais alunos para, quando possível, evitar ou retirar o que está causando o desconforto.
- Hipersensibilidade sensorial do paladar: uma das hipersensibilidades sensoriais que causam desconforto. Quando desconhecida pelos professores, ocorre no ambiente escolar com alunos de pouca idade, pois a alimentação é fornecida pela unidade escolar. A hipersensibilidade pode acontecer em festas ou confraternizações, o professor deve sempre observar e relatar esses acontecimentos aos pais e a gestão escolar.
- Hipersensibilidade sensorial do tato: em muitos casos, pode dificultar o trabalho em sala de aula, pois alguns alunos podem desenvolver

sensibilidade a lápis, caneta, massinha, borracha. Nesse momento, o professor deve modificar a didática utilizada e auxiliar o aluno; quando possível, não utilizar material causador do desconforto.

- Hipersensibilidade sensorial do vestibular: contribui para a manutenção do equilíbrio. O sistema vestibular disponibiliza, para o sistema, o balanço, as alterações gravitacionais, as movimentações e o deslocamento. Encontra-se no conjunto de órgãos da orelha interna. Em sala de aula, a dificuldade pode ser no deslocamento ou em atividades desenvolvidas extraclasse como corrida, pular corda e outros tipos de movimento. O professor deve observar quedas ou tonturas e, quando necessário, modificar a atividade ou adaptar para que todos os alunos participem.
- Hipersensibilidade sensorial da propriocepção: o sistema controla os músculos e articulações, bem como o direcionamento para não ocorrer choque nos objetos e os movimentos do corpo. Quando o aluno desenvolve a hipersensibilidade de propriocepção, o professor deve ter a cautela para não ocorrerem acidentes, sempre auxiliando no deslocamento e nas atividades extraclasse.
- Hipersensibilidade sensorial da interocepção: afeta o sistema orgânico do corpo. Consiste em sensibilidade à temperatura, pressão arterial e ruptura de células das sensações de dor. O professor deve estar ciente das limitações dos alunos portadores de TEA e possibilitar o ajuste do ambiente escolar quanto à temperatura, bem como a localização da sala, preferencialmente no térreo, a fim de evitar a possibilidade de alteração ou aumento da sensibilidade.

As definições das hipersensibilidades auxiliam o professor no desenvolvimento das aulas com alunos portadores de TEA, cujas modificações de comportamento precisam ser observadas. Podemos afirmar que a hipersensibilidade sensorial está presente nos alunos, mas ainda é pouco conhecida. Conforme Bensi (2020, p. 03):

É um transtorno que atualmente está em evidência, porém ainda pouco popular, não só para a sociedade do senso comum, mas também entre os profissionais da área da saúde. O motivo de ser uma

doença tão negligenciada é pelo fato de afetar muitas crianças com TEA e TDHA (Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade), sendo os seus sintomas "mascarados" pelos estereótipos criados acerca de tais diagnósticos.

Alunos mais comprometidos, professor preocupados em trabalhar com os alunos observando tomando todos os cuidados e realizando mudanças na didática para auxiliar no desenvolvimento educacional, o aluno passa a interagir muito melhor, a sala tem um formato homogêneo, não deixando ninguém de fora da aprendizagem.

Muitos profissionais da educação têm dificuldade na adaptação da sala de aula, ou transformação na sua forma de aplicar o conhecimento aos alunos, temos uma preocupação muito grande com os alunos portadores de TEA.

A organização das áreas na sala de aula deve ser preparada e pensada para todos os alunos, sejam os portadores de TEA, sejam os regulares. No entanto, é difícil realizá-las sem conhecer previamente o público. Ademais, em alguns casos, não há condições disponibilizadas pela equipe gestora da unidade de ensino. Diante disso, o professor, por amor a sua profissão, muitas vezes, não espera a mudança externa, faz com que tudo fique de acordo para que a aula transcorra adequadamente.

Os materiais são organizados observando a necessidades específicas de cada aluno portador de TEA. Entretanto, como já pesquisado, muitos materiais educacionais são disponibilizados pelo professor, que elabora e os traz impressos para o aluno, são materiais adaptados e lúdico para sala de aula, todos tem o mesmo direito de aprender e ser educado.

A programação é uma das formas de não alterar o dia a dia dos alunos, com vistas a não criar mudanças repentinas, uma vez que os portadores de TEA têm muita dificuldade com mudanças da rotina; são metódicos quanto a horários, afazeres diários e outras atividades do cotidiano. Assim, devemos manter uma regra e, se possível, alterar o mínimo necessário.

3.2.1 Escolas inclusivas

Quando falamos em escolas inclusivas a aplicabilidade das didáticas para o ensino da comunicação e da língua portuguesa tornar-se um desafio maior, pois os níveis de dificuldade de aprendizagem aumentam e precisamos observar o quadro de

desenvolvimento de cada portador do TEA. Realizado uma pesquisa por algumas escolas particulares e públicas, percebemos a falta de alguns requisitos básicos para o desenvolvimento do ensino professores disponibilizam na internet ou em grupos nas redes sociais materiais e conteúdo para docentes que trabalham com alunos de TEA.

Os materiais didáticos não são adaptados para todos os alunos que necessitam da igualdade para estarem introduzidos no meio escolar.

Nas escolas particulares, existe o sistema apostilado, que consiste em materiais educacionais elaborados por algumas empresas especializadas na elaboração dos conceitos e exercícios. Porém, constatamos, em diversos sistemas apostilados, a falta de preocupação com os portadores de TEA. De acordo com Cesar (2020, p. 597):

A produção de materiais didáticos voltados para o aluno autista permite uma aproximação diferenciada do aluno com a disciplina que está aprendendo na escola, por meio de imagens, objetos e cores, visando o incentivo de suas habilidades cognitivas e motoras, favorecendo assim uma melhor aprendizagem do abordado. O desenvolvimento de material educativo para a promoção da aprendizagem da pessoa com autismo abrange todas as ordens do desempenho humano, desde as tarefas básicas de autocuidado até o desempenho de atividades profissionais, buscando sempre à estimulação dos aspectos comunicacionais e de interação social do autismo.

A preocupação dos professores sempre será o aluno, no sentido de como trabalhar com materiais diferentes em uma sala de aula em que a percepção dos alunos já está aguçada para os detalhes, o conteúdo passa a ser interessante para a ter uma importância no desenvolvimento, cada conquista uma vitória um degrau alcançado para a construção do saber.

Na escola pública, notamos que os materiais didáticos não têm um padrão a ser seguido; os professores providenciam seus materiais e elaboram, quando possível, atividades para trabalhar como os alunos portadores de TEA. Dentre as dificuldades encontradas nessas escolas, destacam-se os alunos portadores de TEA sem professores de apoio, sem um tratamento especializado do professor responsável da sala de aula. Embora não possamos generalizar, é preciso modificar

a educação inclusiva dos alunos em questão em tais escolas, uma vez que, em diversas delas, percebe-se uma falha no ensino-aprendizagem.

Há, por exemplo, relatos de professores que têm feito especializações em educação inclusiva, especializada, entre outras disponíveis no mercado, a fim de suprir a falta do auxiliar, ou entender e melhorar suas possibilidades de ensinar com eficiência. Como professores, devemos enxergar as vertentes do ensino, o modo de transformar nossa performance para auxiliar nossos alunos. Nos dizeres de Defente (2020, p. 758):

O aumento de crianças e adolescentes que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas é um estímulo para os profissionais revejam seus métodos educativos no enfrentamento das questões cotidianas para com esses alunos.

Devemos trabalhar para evoluir a educação especializada em escolas inclusivas para melhorar o trabalho de todos. A educação é evolutiva e é uma necessidade estar avançando para uma educação melhor.

3.2.2 Escolas especializadas

No âmbito das didáticas utilizadas nas escolas especializadas, destacamos que elas são diferenciadas e não padronizadas. Mais especificamente, desenvolvem-se sistemas para melhorar o dia a dia de alunos e professores, a exemplo do ABA — Applied Behavior Analysis (Análise do Comportamento Aplicada). Trata-se de terapias aplicadas por terapeutas especializados, auxiliando no desenvolvimento do portador do TEA que não está inserido na escola inclusiva ou que, além de estar na escola inclusiva, carece de terapias para auxiliar seu desenvolvimento. Segundo Defente (2020, p. 758):

A inclusão de autistas está sendo um dos maiores desafios desde o início do processo de inclusão já que existe uma grande polêmica em torno, uma vez que as pessoas com TEA eram excluídas do convívio social e educacional, precisando, com isso, viverem segregadas em suas residências, frequentando somente escolas especiais, mesmos

aqueles quadros leves e moderados; fazendo, então parte dos casos graves e de saúde mental.

Os professores especializados têm trabalhado em escolas privadas, comunitárias e em cooperativas mantidas por organizações filantrópicas, a fim de auxiliar os portadores de TEA. No entanto, quem fiscaliza essas instituições prestadoras de serviços voluntários que, algumas vezes, apenas servem para o aluno ter um lugar para ficar fora de casa.

Alguns pais optam por colocar seus filhos em escolas especializadas por vários motivos, tais como o trabalho individualizado ou o ambiente mais tranquilo para os portadores do TEA. Como sabemos, o universo escolar tem vários percalços, muitas barreiras e dificuldades de adaptações. Por isso,

Na maioria das vezes vem ser um ambiente inóspito ao aluno com TEA, pois se trata de um ambiente com grande circulação de pessoas de diferentes idades, com barulhos variados oscilando entre canções, bolas batendo, passos e corridas, vozes em diferentes timbres e volumes e intensidade, ou seja, um conjunto de realidade que pode desencadear certos desconfortos no aluno, independente da idade (DEFENTE, 2020, p. 758).

Esse é o questionamento de muitos professores em relação à inclusão escolar, ou seja, se em todos os momentos é necessário incluir ou conduzir a educação adaptada e produtiva. No caso dos portadores de TEA, não devemos forçar a adaptação em escolas inclusivas para cumprir apenas os protocolos da sociedade; ao contrário, devemos pensar na evolução dos alunos e no crescimento da educação.

Diante do exposto, a didática utilizada para os portadores de TEA em escolas inclusivas e especializadas precisa passar por uma reformulação nos conceitos de educação especializada. Não podemos apenas incluir para cumprir protocolos, mas sim para o crescimento da educação e uma melhora da aprendizagem dos alunos em questão.

3.3 As metodologias utilizadas para o ensino de língua portuguesa para o portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

As metodologias aplicadas em sala de aula são direcionadas a todos os alunos, com adaptações necessárias para o desenvolvimento das aulas, visando a otimizar o ensino-aprendizagem. Nas palavras de Rodrigues e Santos (2016, p. 01):

A educação especial no Brasil possui uma trajetória consideravelmente significativa em termos de surgimento, porém ainda na atualidade percebe-se que existem muitas resistências e despreparo de profissionais em relação ao ensino de crianças autistas.

A metodologia pode ser definida como método utilizado pelo professor para ensinar seus alunos de forma isonômica, sem restrições e buscando a melhor maneira de aplicar a aprendizagem. Nas escolas, percebemos uma resistência em modificar o método "por causa de um aluno". Trata-se, pois, de um preconceito ou pré-conceito presente em profissionais que não evoluem e permanecem com o intuito de apenas transmitir seu conhecimento sem modificações ou adaptações.

Com o passar dos anos, como já dissemos anteriormente, houve e continua a haver muitas modificações na educação; antes, ela era limitada a salas afastadas para alunos portadores de alguma deficiência e salas de alunos regulares sem nenhum contato, ou seja, a exclusão era explícita. A evolução e o estudos sobre a inclusão melhoraram consideravelmente a vida dos portadores de deficiência, inclusive de TEA, que, por muitos anos, foram ignorados, tratados como portadores de demência ou outro tipo de nomenclatura pejorativa e agressiva.

Ademais, como também verificamos em diversos autores mencionados neste trabalho, é preciso aprimorar ainda mais as leis que amparam os portadores de TEA, pois ainda existem nelas muitos pontos vagos, interpretativos e que deixam as decisões unicamente a cargo da gestão escolar, causando divergências nas metodologias a serem aplicadas em sala de aula. Logo, o professor tem de aplicar a sua diretriz, mesmo que isso cause algum desconforto com alguns de seus superiores.

Por estar em contato direto com os estudantes, o docente percebe as dificuldades e a facilidade de aprendizagem e, com isso, participa diretamente de seu desenvolvimento e evolução. Em alguns momentos, no entanto, é cerceado pela

gestão escolar, o seu trabalho em sala acaba sendo limitado. Conforme Rodrigues e Santos (2016, p. 05):

O educador apesar de enfrentar muitas dificuldades com o processo de adaptação e ensino dos autistas deve sempre está atento aos sinais que a criança apresenta para tomar suas práticas significativas, aumentando assim a qualidade de aprendizagem da criança e a rotina é essencial para esse processo.

Diante disso, o método utilizado pelo docente é essencial ao desenvolvimento do aluno; é uma forma de organizar o que será aplicado, de que modo será aplicado e para quem será aplicado. Como na didática, a metodologia é muito específica quando se trata de portadores de TEA. Mais especificamente, o educador deve ampliá-la, bem como as possibilidades de aplicá-la, criando condições de o aluno aprender. Trata-se, portanto, de estratégias adaptadas de acordo com a necessidade discente, segundo a percepção do professor de tomar direcionamentos diferentes para que o entendimento seja adequado e eficiente.

Assim, o professor deve observar quais equipamentos são necessários e estão disponíveis para o desenvolvimento das atividades em sala de aula. O aluno portador de Altas Habilidades/Superdotação AH/SD enquadra-se nas adaptações dos métodos aplicados, são casos que o professor deve realizar o trabalho educacional aproveitando o desenvolvimento elevado do conhecimento, sem constranger esse educando ou os demais. Ele pode servir para ajudar os colegas, o que funciona como incentivo.

Já a metodologia de alunos com as atividades motoras afetadas deve se basear na limitação desses estudantes, sem ultrapassá-las. Partindo dessa premissa, o professor deve desenvolver o melhor caminho a seguir, traçar a linha para que o aluno se sinta confortável para aprender e questionar quando não conseguir o entendimento da atividade proposta. Somos seres adaptáveis e mutáveis, e o professor deve ter esta função em sala de aula: adaptar e moldar o ensino-aprendizagem. Para Marcanato e Zyca (2015, p. 01):

O conhecimento restrito do que seja o autismo e suas características, por grande parte dos professores que atuam na rede comum ou

especial de ensino, tem contribuído para a marginalização e/ou atendimento inapropriado de crianças e adolescentes autistas inseridas no processo educacional. Assim, a preocupação com o processo ensino-aprendizagem destes alunos não tem sido uma prioridade da ação pedagógica. A ausência dos estudos e pesquisas sobre o assunto é uma questão preocupante. Em função dos comportamentos problemas apresentados, são recomendados tratamentos terapêuticos e clínicos com ênfase na medicação, ao invés da intervenção pedagógica.

Embora a metodologia deva ser aplicada com vistas à fluidez da aula, devemos traçar o caminho a ser percorrido. Dito de outro modo, ela não pode ser produzida empiricamente, já que uma aula bem traçada e amparada no método educacional transcorre de modo eficiente.

3.3.1 Escolas inclusivas

Como já dito, os métodos utilizados pelos professores para aplicar as atividades não podem ser os mesmos destinados aos alunos portadores do TEA. No entanto, em muitos casos, ocorrem dúvidas quanto à definição do método a ser aplicado, bem como em relação ao seu direcionamento ou padronização. Em outras palavras, o docente, em alguns momentos, não consegue identificar os casos existentes na sua sala de aula, seja pelo número elevado de crianças ou adolescentes, seja por falta de conhecimento das estereotípias apresentadas ou características que direcionam para uma possível avaliação médica.

Ao longo das pesquisas realizadas, percebemos que muito se fala sobre o TEA, porém não existem definições dos caminhos a seguir, a fim de colocar em prática um ensino melhor, visando a uma aprendizagem eficiente e a uma qualificação melhor do profissional educador. Nas escolas inclusivas, percebemos que muitos professores ainda não têm um conhecimento de metodologia, relacionado à como aplicá-la ou modificá-la para cada caso. Nessas instituições, particulares ou públicas, tais profissionais passam por diversas situações preocupantes, por exemplo: em algumas ocasiões, são passadas observações para os coordenadores pedagógicos e, algumas vezes, eles também não têm o conhecimento suficiente para auxiliar ou direcionar o desenvolvimento do trabalho. Em suma:

A inclusão de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas de ensino regular requer a superação de vários desafios, dentre os quais a preocupação dos docentes, já que o processo de inclusão não se limita à mera matrícula do aluno na escola regular. Cabe à instituição escolar atender os alunos em suas especificidades e singularidades, a fim de lhes garantir uma educação de qualidade (FERNANDES, 2017, p. 01)

Diante disso, é possível questionar como podemos organizar um conceito de educação para todos se há a dificuldade nas metodologias. Mesmo assim, não podemos simplesmente cruzar os braços, pois todos somos responsáveis pelo ensino, pela prática diária e temos o dever de ensinar. Ainda segundo Fernandes (2017, p. 02), a vivência diária no mundo escolar torna-se cada dia mais difícil, pois o professor não está preparado para ensinar o portador de TEA. Ademais, a busca de conhecimento está muito mais prática, realmente satisfazendo, está cumprindo o que nós professores estamos necessitando, como lidamos e como vamos lidar com todas essas necessidades de todos.

3.3.2 Escolas especializadas

As unidades especializadas caracterizam-se por suas metodologias de evolução e pela busca de melhores conceitos para uma educação melhor. Grande parte delas destina-se a auxiliar o ensino nas escolas inclusivas, com terapias ou no desenvolvimento e na melhoria de algumas habilidades afetadas pelo TEA.

Os professores têm especializações voltadas para educação inclusiva, psicopedagogia, neuropedagogia entre outras denominações. Tudo isso para se ter um trabalho de excelência e para que o apoio não tenha influências do desconhecimento.

Os métodos utilizados são de suma importância para a elaboração das estratégias a serem seguidas. Em muitos casos, utilizam-se brincadeiras para a construção eficiente de pequenos pontos do conhecimento. O docente não pode ter pressa para realizar esse trabalho; deve ter o cuidado de construir “tijolo a tijolo” o grande mural do conhecimento. Na visão de Cavalcante (2014, p. 07):

Para que a criança com autismo possa aprender, é preciso que se apresente condições, um espaço planejado, organizado e atividades dentro de uma rotina pré-estabelecida. Usar o lúdico é uma boa estratégia para chamar a atenção das crianças, os brinquedos, por exemplo, podem ser uma importante ferramenta de trabalho se o professor considerar sua função pedagógica. A ação de brincar, de usar o brinquedo para aprender permite que a criança desenvolva sua autonomia, demonstre emoções, se coloque em outros papéis. Interação social também é um fator importante para o desenvolvimento das crianças autistas.

Quando aludimos a unidades escolares especializada, o termo nos remete a uma unidade preparada, com profissionais preparados e especializados para exercer a função de educar ou organizar e gerenciar de forma eficaz e com excelência. No entanto, a realidade é muito diferente e, nesse sentido, estamos engatinhando rumo à melhoria da educação especializada. Rodrigues (2016, p.01) aponta outras causas das lacunas na educação especializada:

A educação especial no Brasil possui uma trajetória consideravelmente significativa em termos de surgimento, porém ainda na atualidade percebe-se que existem muitas resistências e despreparo de profissionais em relação ao ensino de crianças autistas.

Concluimos, portanto, que as unidades escolares regulares e especializadas ainda estão em evolução. Em outras palavras, é preciso melhorar muitos aspectos, por exemplo, profissionalizar os docentes, criar metodologias, melhorar as existentes e pensar sempre nos nossos alunos, e não nos holofotes das mídias e nas propagandas, pois o intuito é educar com eficiência.

3.4 Materiais utilizados para o ensino de língua portuguesa ao portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Os materiais utilizados em sala de aula não devem ser adaptados; os conteúdos devem ser utilizados para todos, porém com diretrizes e estratégias empregadas de forma que todos consigam absorver o conhecimento. Não se deve, portanto, fazer nenhuma diferenciação que possa prejudicar o aluno que, em muitos

momentos, não está preparado para essas informações de diferença, professores passam por dificuldades na sala de aula por falta de apoio da gestão educacional ou por não ter o conhecimento específico de como transformar e utilizar as metodologias necessárias para explicar e orientar diversos alunos com níveis diferentes de aprendizagem.

O método sem modificações corresponde ao ensino em uma sala de aula onde os alunos acompanham as aulas de forma homogênea, sem precisar realizar adaptações constantes e necessárias para que o conteúdo seja aplicado, seguindo o conteúdo disponibilizado nas apostilas ou pela coordenação. Quando nos deparamos com um ou mais portadores do TEA, em algumas unidades escolares, há mediadores; em outras, apenas o professor regular com mais de quarenta crianças em um nivelamento de aprendizagem diferente e com diversas peculiaridades. Tendo isso em vista:

[...] entendendo que o professor de língua portuguesa não deve restringir sua prática pedagógica ao simples ato de ensinar a ler e escrever, mas também contribuir para o desenvolvimento das múltiplas linguagens, inclusive no contexto informacional e tecnológico em que o educando está inserido (FONSECA, 2018, p. 01).

O mundo educacional é amplo e obscuro. Sua obscuridade consiste em encontrar mecanismos de aplicação dos conteúdos disponibilizados em cada fase educacional, sem deixar as lacunas do desconhecimento, bem como em desenvolver as formas de nivelar todos os alunos não de forma rasa, mas tirando o máximo deles. Quanto às alegações para não fazer isso, podemos citar a falta de apoio educacional ou o descaso com a classe docente. Embora essas sejam razões válidas, devemos ter a consciência do crescimento dos nossos alunos, que depositam suas esperanças do saber em nós. No que se refere à amplitude da educação, ela apresenta diversos caminhos a seguir, porém o ponto de partida é a dedicação. Em outras palavras, não se deve pensar nas dificuldades, mas sim criar todos os meios necessários para levar todo o conhecimento àqueles que necessitam de uma comunicação para poder interagir, de uma palavra para poder expressar e de um conhecimento para discutir o futuro.

A produção de materiais didáticos voltados para o aluno com autismo permite uma aproximação diferenciada do aluno com a disciplina que está aprendendo na escola, por meio de imagens, objetos e cores, visando o incentivo de suas habilidades cognitivas e motoras, favorecendo assim uma melhor aprendizagem do conteúdo abordado (CESAR, 2020, p. 597).

Alguns professores aplicam atividades extras para ajudar o crescimento dos alunos, são materiais produzidos em folhas a parte para a utilização sem sala de aula ou exercícios para casa, acrescentando formas para a participação de todos, escola, família e outras pessoas envolvidas nessa conquista do saber.

Verificamos, em algumas pesquisas feitas em materiais didáticos utilizados em escolas particulares, que eles são produzidos para o ensino-aprendizado de todos os alunos, fazendo com que o professor formule meios para a aplicação desse conteúdo, ou seja, cabe a ele desenvolver o meio para que a informação chegue até o receptor, questionando e procurando outras formas de saber. Vale lembrar que, atualmente, temos um apoio dos conteúdos disponibilizados no mundo virtual. De acordo com Cesar (2020, p. 597):

O desenvolvimento de material educativo para a promoção da aprendizagem da pessoa com autismo abrange todas as ordens do desempenho humano, desde as tarefas básicas de autocuidado até o desempenho de atividades profissionais, buscando sempre à estimulação dos aspectos comunicacionais e de interação social do autismo.

O trabalho educacional desenvolve os múltiplos meios para realizar o trabalho de ensino e, nesse percurso, dedicamos um tempo maior para colocar em prática todas as possibilidades possíveis de ensinar a língua portuguesa aos portadores do TEA. Assim, verificamos diversos professores empenhados em lecionar para todos, sem medir esforços para alcançar os objetivos. E, mais uma vez, reiteramos a necessidade de um direcionamento da educação com materiais adaptados, a fim de se chegar à isonomia e coibir discriminações e falhas no ensino-aprendizagem.

3.4.1 Escolas inclusivas

Ao longo de toda a pesquisa e em todas as unidades por que passamos, os materiais didáticos são uma polêmica, uma vez que não há um padrão igualitário. Eles são produzidos pelos professores preocupados com os alunos que não têm o material, com os que apresentam dificuldade de aprendizagem ou uma aprendizagem avançada para a sua faixa etária. Portanto, é lícito indagar como é possível trabalhar, nas escolas inclusivas, com essa dificuldade, bem como com a classe no limite máximo, pois isso não é compatível com uma aula tranquila e satisfatória para todos, sobretudo para os portadores de TEA.

Em unidades escolares públicas, não há uma apostila distribuída para todos os alunos; o trabalho do professor é montar atividades e explicações dentro do limite de cada portador do TEA. Já em unidades escolares privadas, com sistema apostilado, tudo fica mais difícil, principalmente explicar para os portadores do TEA que não há um material para eles, assim como montar atividades parecidas com as dos demais, visando a um trabalho igualitário e afastando o distanciamento do formato de aula adaptado de ser uma forma de trabalho normal. Nos dizeres de Rodrigues (2016, p. 01):

A educação especial no Brasil possui uma trajetória consideravelmente significativa em termos de surgimento, porém ainda na atualidade percebe-se que existem muitas resistências e despreparo de profissionais em relação ao ensino de crianças autistas.

Muitos são os estudos relacionados à padronização dos materiais a serem utilizados em sala de aula para portadores do TEA. No entanto, entramos em um conflito de visões e interesses, por exemplo, em relação ao modo de se colocar em prática todos os apontamentos realizados para tal mudança, necessária para evolução da educação.

Alguns especialistas mostram que não há como padronizar uma forma de aplicação do ensino de língua portuguesa para os portadores do TEA, mas percebemos que podemos criar uma diretriz de desenvolvimento e aplicabilidade dos conceitos e exercícios. Em Santos (2015, p. 01) encontramos o seguinte:

[...] Quais metodologias de ensino podem auxiliar o processo de aprendizagem para crianças autistas? Tendo em vista que nem todas as metodologias utilizadas na sala de aula favorecem na aprendizagem destas crianças e que há também um fator que impossibilita o uso destas metodologias que é a falta de preparação do professor para atuar numa sala com alunos com deficiência.

Um dos cuidados tomados quando realizada a pesquisa foi o de resguardar os profissionais e alunos para não expor informações desnecessárias, colocando os docentes e pais de alunos em situações complicadas nas unidades escolares, em virtude das reclamações existentes e fornecidas.

3.4.2 Escolas especializadas

Em unidades especializadas, os materiais didáticos apresentam-se de duas formas: os chamados sistemas de ensino e os que visam a auxiliar a aprendizagem após as atividades nas escolas inclusivas. Estes consistem em métodos para o desenvolvimento motor ou intelectual, a fim de ampliar os mecanismos de aprendizagem.

Os métodos utilizados em algumas unidades são materiais desenvolvidos por profissionais preocupados em realizar um trabalho melhor e eficiente com os alunos, e aplicados com o auxílio de outros profissionais da área da saúde. Nas palavras de Russo (2021, p. 01):

Um dos grandes desafios dos educadores e pais de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é contribuir com o processo de inclusão escolar e fazer com que esses alunos aprendam e acompanhem o conteúdo das aulas. Para ter sucesso nessa trajetória é importante a adaptação dos conteúdos didáticos.

Muitos pais não sabem como lidar com as situações cotidianas de seus filhos, não aceitam sua condição e, por conseguinte, acabam não procurando acompanhamento médico. Com isso, cria-se uma lacuna grande, pois muitos retiram o aluno da escola por não saberem o que está acontecendo, já que o estudante não

se desenvolve, mostra-se retraído e seu desempenho é muito abaixo do esperado. Muitas vezes, os pais e responsáveis não escutam os educadores, que solicitam uma análise médica para diagnosticar e modificar o trabalho.

Logo, não adianta ter um material educacional diferenciado, se o aluno não tiver um diagnóstico para poder realizar um acompanhamento necessário e especializado. Conforme Russo (2021, p. 01):

A equipe de ensino, que pode ser formada por professores, pedagogos, psicopedagogos, precisa avaliar caso a caso e averiguar em que nível cada criança está em cada disciplina, quais conteúdos já observou e o que ainda não aprendeu. Após essa avaliação, eles devem decidir se a criança seguirá o mesmo currículo da turma ou se o aluno precisará de um currículo totalmente individualizado e paralelo ao da classe. Em seguida, essa equipe deve planejar a produção do conteúdo didático individualizado e adaptado.

Embora a trajetória dos materiais educacionais especializados para alunos portadores do TEA siga uma crescente, eles ainda não são adquiridos por todas as unidades escolares especializadas. Há, portanto, uma barreira para construção e evolução do conhecimento. De fato, percebemos que esses materiais são ferramentas para que os educadores trabalhem com um amparo educacional, não tendo um desenvolvimento empírico de lecionar, mas utilizando das técnicas e todos os métodos possíveis e adequados para um ensino-aprendizagem melhor.

3.5 Questionário avaliativo da percepção do professor sobre a inclusão do portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Os questionários são perguntas realizadas com professores e pais de alunos portadores de TEA, sendo formulado em aplicativos disponibilizados nas mídias sociais e colegas de trabalho, participaram entre professores, pais e responsáveis cem pessoas, auxiliando na pesquisa e levantando dados importantes apontados nos gráficos.

A sua experiência com os alunos portadores do espectro autista (TEA) constitui uma contribuição elementar para o processo de inclusão: conto com sua contribuição respondendo este questionário.

1. Qual a sua visão sobre a inclusão escolar.
2. Você trabalha com professor auxiliar?
3. Como é o seu dia a dia em sala de aula com os alunos portadores TEA?
4. O que podemos melhorar para auxiliar no ensino-aprendizagem?
5. Quais os materiais utilizados para o ensino de língua portuguesa para portadores de TEA?
6. Quais são as metodologias e didáticas utilizadas para o ensino de língua portuguesa para portadores TEA?

3.5.1 Percepções sobre o questionário

Realizamos um questionário com professor de escolas particulares e escolas públicas, regulares e especializadas, após a apreciação do questionário, constatamos que toda a análise realizada nos livros, artigos e visitas a algumas unidades escolares da região da Baixada Santista e constatamos que os conceitos observados por nós e o olhar observado pelos professores.

Após a apreciação do questionário, constatamos que toda a análise realizada nos livros, artigos e visitas a algumas unidades escolares da região da Baixada Santista e constatamos que os conceitos observados por nós e o olhar observado pelos professores.

Uma observação do questionário é o relato das experiências com os alunos portadores de TEA constitui uma contribuição elementar para o processo de inclusão: conto com a sua contribuição respondendo este questionário.

Foi realizado seis perguntas selecionadas entre os questionamentos que foram surgindo na produção dos elementos e dados selecionados para pesquisas.

Com relação à primeira questão, concernente à visão dos professores sobre a inclusão escolar, encontramos respostas como: "Estamos muito longe da prática da inclusão na sala e aula", "porque estamos longe da prática da inclusão se ela existe, está presente e efetiva em nossa rede escolar". "A proposta é maravilhosa, a realidade é outra". Assim, vemos que existe uma barreira, mas o avanço é perceptivo. Mais especificamente, os apontamentos das dificuldades não têm somente o lado negativo, mas visam à evolução, para melhorar o desenvolvimento profissional e a eficiência da aprendizagem para o aluno.

Sobre a segunda questão — “Você trabalha com professor auxiliar?” —, muitas escolas particulares regulares trabalham com estagiários, alunos dos cursos de pedagogia ou outra licenciatura. Todavia, não são capacitados para auxiliar os alunos portadores de TEA. “Não apenas em alguns momentos, e isso faz com que você mesmo não crie uma dependência”.

Acerca da terceira questão — “Como é o seu dia a dia em sala de aula com os alunos portadores TEA?” —, alguns professores trabalham com alunos com TEA, por apresentar todas as características e estereótipias. Entretanto, por falta de informação ou relutância dos pais, alguns não têm laudo, tampouco acompanhamento, e o professor não pode elaborar atividades especiais para melhor o desempenho deles.

No que tange à quarta questão — “O que podemos melhorar para auxiliar no ensino-aprendizagem dos portadores de TEA?” —, a formação dos professores é o maior questionamento dos profissionais que responderam os questionários. Ademais, durante as pesquisas nas unidades escolares, percebemos que não se trata de casos isolados: muitos têm a preocupação de estarem preparados para trabalhar com conhecimento específico.

Sobre a quinta questão — “Quais os materiais utilizados para o ensino de língua portuguesa para portadores de TEA?” —, os materiais utilizados nas escolas são adaptações e atividades produzidas pelos professores para não deixar o aluno sem atividades ou ocioso. Contudo, há docentes que não têm a habilidade de produzir adaptações das atividades. Isso prejudica os discentes, que perdem conhecimento.

No que concerne à sexta e última questão — “Quais são as metodologias e didáticas utilizadas para o ensino de língua portuguesa para portadores de TEA?”, atividades lúdicas, adaptações, imagens e estimulações são as formas para aplicar as atividades no dia a dia.

Dessa forma, concluímos que as vivências, independentemente da localidade, se assemelham. Em alguns estados, a realidade é muito pior do que encontramos naqueles com desenvolvimento maior. Por exemplo, em regiões rurais, muitos conceitos pelos quais lutamos para colocar em prática não existem, uma vez que não há condições de fazer acontecer, em virtude da precariedade da educação.

3.6 Questionário avaliativo da percepção dos pais sobre a inclusão do portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O laço familiar traz a compreensão, o afeto e a superação dos obstáculos. A pesquisa realizada é para constituir dados para a melhora da metodologia e da didática utilizadas em salas de aula para alunos portadores de TEA. Trata-se de uma visão da convivência diária do comportamento e desenvolvimento.

1. Como é o comportamento do seu filho em casa, com seus familiares ou visitas?
2. Como é o comportamento do seu filho em sala de aula?
3. Meu filho tem de dificuldade de comunicação.
4. Tenho problemas de comunicação com meu filho.
5. Meu filho tem problemas de aprendizagem de língua portuguesa
6. Não consigo ensinar nada ao meu filho
7. Eu não consigo ajudar meu filho nas atividades escolares
8. Não levo o meu filho à escola

3.6.1 Percepções sobre o questionário

Realizamos uma pesquisa com alguns pais de portadores do TEA para poder ter dados do desenvolvimento dos seus filhos, bem como de seu comportamento. Para tanto, elaboramos um questionário *on-line*, por meio do aplicativo ou ferramenta *WhatsApp, E-mail, Instagram, Facebook*. Entretanto, em alguns casos, ele foi aplicado presencialmente e, de saída, pudemos constatar que ainda há pais ou responsáveis que não quiseram participar para não expor seus filhos, por vergonha ou preconceito.

Com relação ao comportamento dos portadores de TEA, alguns participantes relatam que, em casa, seus filhos têm um conforto muito maior, e as crises acontecem esporadicamente ou quando estão sem medicação. Algumas atividades são realizadas para o gasto de energia, tais como exercícios, brincadeiras e atividades lúdicas para acalmar ou diminuir a adrenalina do dia a dia. Em alguns casos, foram relatadas conversas de interesses pessoais ou assuntos relacionados ao dia a dia ou a acontecimentos recentes.

No que tange à sala de aula, os respondentes mencionaram o modo como seus filhos devem ser tratados e como são aplicadas as atividades. Na visão dos

participantes, elas devem ser contínuas, pois os intervalos causam o desinteresse e a dispersão. O comportamento varia de acordo com cada aluno: alguns são falantes, participativos, interessados; outros são retraídos e apresentam a estereotipia de balançar as mãos ou o corpo, bem como de repetir palavras pronunciadas pela professora ou por outros alunos.

Acerca da comunicação com o portador, em alguns casos, ela inexistente ou é limitada; há uma relação mais visual, uma comunicação tátil ou muito distante. Porém, com o tratamento ou interação social, a melhora é significativa.

Sobre a aprendizagem da língua portuguesa para ampliar a comunicação e a interação social do portador do TEA, diferenciando-se a abordagem gramatical da comunicação eficiente, os pais relatam que o desenvolvimento dos seus filhos não é de alto funcionamento, com uma aprendizagem fácil e rápida. No geral, são alunos com dificuldades de comunicação ou de aprendizagem.

No que se refere ao fato de não conseguir ensinar nada a seus filhos, para os respondentes, o ato de ensinar faz parte da rotina, pois, em muitos casos, até o aluno conseguir desenvolver a confiança de aprender em unidades escolares, pode haver um grande intervalo prejudicial. É nesse momento que entram os pais, cuja paciência e amor fazem diferença na vida dessas crianças.

Acerca do auxílio nas tarefas escolares, poucos são os casos em que isso ocorre. No geral, os participantes esforçam-se muito para o desenvolvimento de seus filhos, um trabalho de paciência e empenho. Alguns dos que não conseguem procuram a ajuda de outros profissionais. E aqui destacamos a presença de relatos de uma emoção muito grande ver a superação e empenho dos pais; os métodos são diversos, no que tange às maneiras e criação de mecanismos para auxiliar seus filhos, um aprendizado, o ser humano não tem limite para a superação para ampliar os meios para ajudar quem ama, aquele que pode ter um futuro muito além dos nossos olhos.

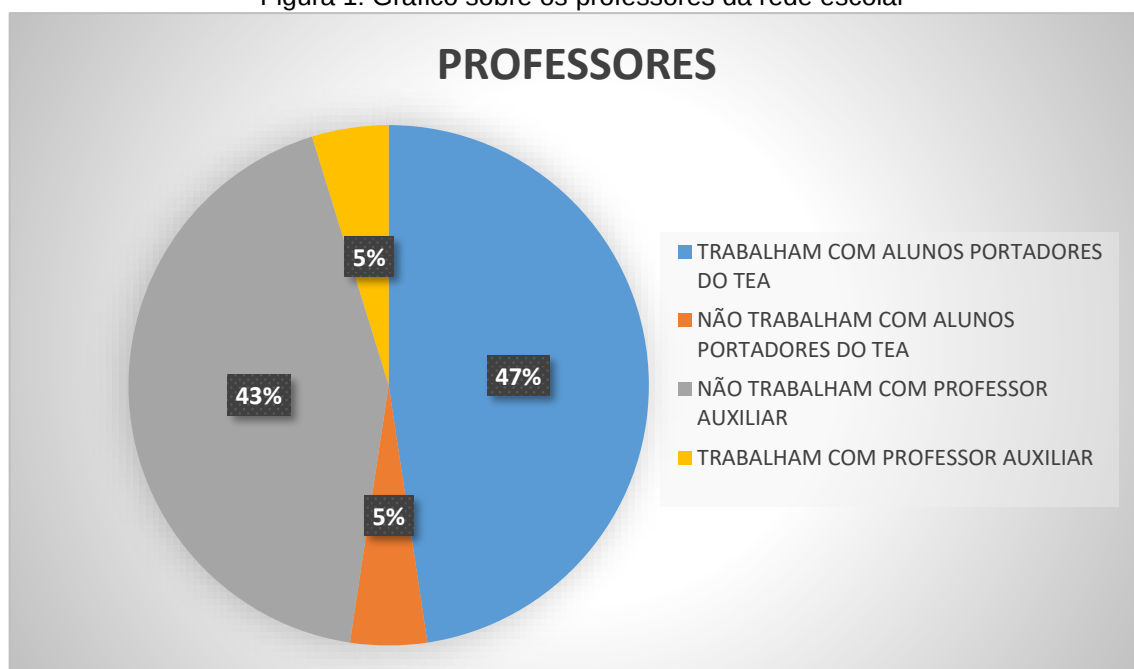
De fato, verificamos que os envolvidos na educação do aluno portador do TEA passam por dificuldades e alguns percalços. Do mesmo modo, percebemos o quanto podemos evoluir e modificar o modo de tratar alunos e pais. Como profissionais da educação, não podemos apenas olhar e ensinar; devemos nos colocar no lugar do outro para trabalhar em prol da evolução de nossos alunos.

3.7 Gráficos: questionários professores e pais de alunos portadores do TEA

Os gráficos a seguir foram construídos a fim de mostrar quais são as dificuldades apresentadas pelos pais e pelos professores. Vale destacar que, ao longo da pesquisa, percebemos o quanto precisamos revisar o tratamento dado, em algumas unidades escolares, a familiares, professores e alunos. Em suma, todos eles carecem de uma melhor visão da inclusão e, para isso, é preciso lutar para uma educação realmente para todos, que não segregue e torne as crianças melhores, seres humanos evoluídos para aceitar e ajudar a todos sem o preconceito ou distinção.

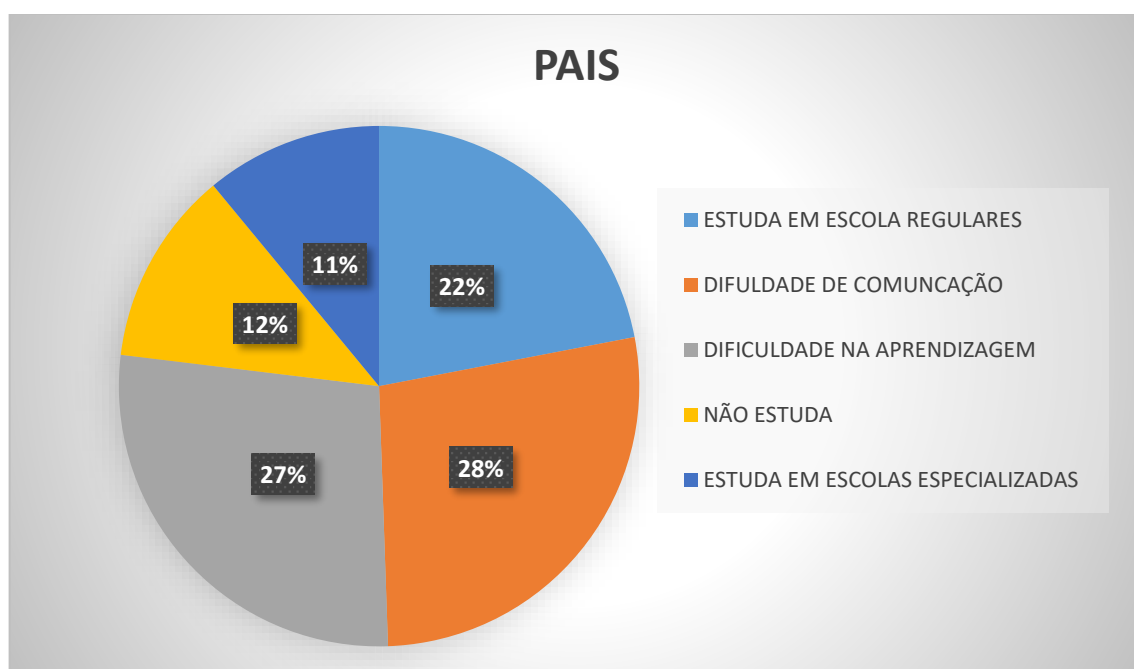
4. GRÁFICOS

Figura 1: Gráfico sobre os professores da rede escolar



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2: Gráfico dos pais de alunos portadores de TEA?



Fonte: Elaboração própria.

Este estudo pautou-se por algumas questões que atuaram como o seu Norte. De modo geral, a presente pesquisa tencionou formular respostas a tais indagações. Neste momento, é possível afirmar que tal anseio foi alcançado, uma vez que, ao término das análises, as respostas pretendidas tornaram-se possíveis. Vale lembrar que as questões norteadoras são as seguintes: Quais são as didáticas e metodologias utilizadas para o ensino de língua portuguesa para portadores de transtorno do espectro autista? Como podemos identificar e avaliar a aplicabilidade dos materiais didáticos para os portadores de transtorno do espectro autista?

Quanto ao primeiro questionamento, podemos afirmar que as metodologias e didáticas utilizadas estruturam-se na aplicabilidade do conteúdo por parte do professor e do mediador. Para tanto, deve-se respeitar a faixa etária e transformar as situações de ensino-aprendizagem, sem deixar nenhum aluno de lado e apontando outros caminhos para a eficácia das aulas. No caso das escolas privadas, os materiais didáticos são disponibilizados por empresas especializadas; já nas escolas públicas, são elaborados por equipes especializadas na formação e criação dos conteúdos a serem aplicados. Entretanto, essa aplicação, a ser efetuada pelo docente, depende das habilidades, metodologias e direcionamentos que o profissional, junto ao corpo gestor, irá mobilizar, de modo a deixar todos no mesmo nível de conhecimento. Nesse sentido, o direcionamento da pesquisa baseou-se na busca de conscientização dos profissionais da educação para ampliar os estudos e metodologias, a fim de melhorarem suas práticas pedagógicas.

Quanto ao segundo questionamento, a visão dos profissionais envolvidos na educação de portadores do Transtorno do Espectro Autista revela o quanto podemos melhorar e modificar alguns pontos ainda obscuros e dificultadores de um bom trabalho, para que nossos alunos tenham o melhor acompanhamento.

Com relação ao objetivo geral, é verificar as didáticas e metodologias possíveis, utilizadas pelos professores em sala de aula. Para tanto, destacam-se, como objetivos específicos: analisar os materiais adaptados pelos professores e suas configurações; e identificar uma forma de padronizar esses conteúdos.

Durante o percurso que trilhamos, algumas lacunas obscuras foram solucionadas, por exemplo, o formato da aplicabilidade das estratégias adaptadas pelos professores, colocando em prática o exercício docente de, a todo momento, modificar os meios a fim de conseguir sanar dúvidas e corresponder aos anseios dos alunos. No entanto, percebemos que ainda há docentes com dificuldade de entender

o quão importante é a especialização em inclusão, ao mesmo tempo que nos deparamos com mediadores bem-preparados e especializado na área de atuação, que auxiliam com excelência os estudantes. Vale ressaltar que um dos empecilhos acaba sendo a gestão e administração das escolas. Logo, necessitamos do entendimento da organização para que todos os esforços sejam alcançados.

Quanto aos materiais, eles são de uso comum, e o professor se vale dos mecanismos necessários para aplicar todo o conteúdo a todos os alunos de forma coesa e coerente, sempre com auxílio do professor mediador nos casos de alunos portadores de TEA.

Isso posto, verificamos que as unidades escolares têm muitos alunos no desenvolvimento da inclusão social e educacional, porém é necessário um olhar de ourives para a educação dos portadores do TEA, pois não se trata apenas de estarem sala de aula cumprindo um protocolo para a sociedade. Muito além disso, precisamos empenhados em educar com vistas a criar cidadãos efetivos na sociedade, cada um dentro do seu limite, respeitado os seus direitos e deveres.

Assim, devemos investir na formação do professor de uma maneira sólida, de modo a contemplar as diversas situações a serem encontradas em sala de aula, bem como as modificações e os direcionamentos a serem implantados durante o percurso. Embora a prática e a metodologia sejam construídas ao longo da profissão, é necessário mostrar o caminho a ser percorrido para se chegar a uma aula equânime, sem diferenciações ou exclusões. Em síntese, resta-nos afirmar que o trabalho é uma construção constante de modificação, melhoria e evolução, a fim de que o ambiente escolar seja um local de ensino igualitário, ou seja, uma escola verdadeiramente inclusiva.

CONCLUSÃO

Todo o processo desse estudo esteve pautado em algumas questões que atuaram como norte para os quais se objetivou chegar. Por assim dizer, foi objetivo desse trabalho a formulação de respostas a tais indagações. Nesse momento, enfim, é possível afirmar que tal anseio foi alcançado, uma vez que, depois de findadas as análises, as respostas pretendidas tornaram-se possíveis. As questões norteadoras são as seguintes: 2.1. Quais são as didáticas e metodologias utilizadas para o ensino de língua portuguesa para portadores de transtorno do espectro autista? 2.2. Como podemos identificar e avaliar a aplicabilidade dos materiais didáticos para os portadores de transtorno do espectro autista?

Os questionamentos apontados foram respondidos da seguinte forma: as metodologias e didáticas utilizadas são a estruturação da aplicabilidade do professor junto ao mediador, transformando a metodologia de ensino-aprendizagem, não deixando nenhum aluno sem o entendimento e mostrando outros métodos para a eficácia das aulas expostas.

O ensino é feito por meio de materiais didáticos disponibilizados por empresas especializadas quando falamos em escolas privadas; nas escolas públicas, são equipes especializadas na formação e criação dos conteúdos para ser aplicado em sala de aula, a aplicabilidade do conteúdo pelo professor vai depender das suas habilidades, metodologias e direcionamentos que, junto ao seu mediador, direcionará a aula de forma a deixar todos no mesmo nível de conhecimento.

O direcionamento da pesquisa foi pautado na busca de conscientização dos profissionais da educação para ampliar os estudos e metodologias para desenvolver o trabalho em sala de aula para melhorar o trabalho educacional.

Por fim, o último questionamento, pela visão dos profissionais da educação envolvidos na construções da educação para portadores do Transtorno do Espectro Autista, quanto podem ser melhorados e modificados alguns pontos ainda obscuros e dificultadores de um bom trabalho para que os alunos tenham um melhor acompanhamento.

Diante desse impasse, estabeleceu-se como objetivos:

Geral: verificar as didáticas e metodologias possíveis utilizadas pelos professores em sala de aula.

Específico: analisar, as estratégias adaptadas e utilizadas pelos professores, suas configurações, identificar materiais que possam ser utilizados para todos os alunos.

Percebemos que durante a pesquisa encontramos algumas lacunas na aplicabilidade das estratégias adaptadas pelos professores, a capacitação dos professores e mediadores são fatores essenciais para um bom desenvolvimento das aulas e para o crescimento educacional do aluno, algumas barreiras são encontradas, mas todos os esforços são necessários para o crescimento da educação inclusiva.

Em direção a esses objetivos, foi possível perceber que as unidades escolares têm muitos alunos no desenvolvimento da inclusão social e educacional, porém, precisamos de um olhar de um ourives na educação dos portadores do TEA. Não é apenas o aluno estar em sala de aula, cumprindo um protocolo para a sociedade, devemos estar empenhados em educar para criar cidadãos efetivos na sociedade, cada um dentro do seu limite, respeitando os seus direitos e deveres.

Assim, devemos investir na formação do professor de uma maneira sólida, informando das diversas situações que serão encontradas na sala de aula, das modificações e direcionamentos a serem implantados durante o percurso escolar. A prática e a metodologia são uma construção do percurso profissional, mas devemos mostrar o caminho a ser percorrido para a excelência de uma aula direcionada para todos, não destacando diferença e realizando exclusão.

Dessa forma, resta afirmar que o trabalho é uma construção constata de modificação, melhoria e evolução, para o ambiente escolar ser um local de ensino igualitário, com uma escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Bruna Gonçalves Martins; JUNIOR, Niltom Vieira. Estratégias de ensino para alunos com transtornos do espectro do autismo na educação básica. **REVISTA EDAPECI**, volume 20, Número 01, jan/abr. 2020.

BENSI, Thamara. **Autismo**: uma perspectiva sensorial. O segredo do chá curso online. Disponível em: www.passeidireto.com. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional do Livro Didático** – Guia do Livro Didático. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena**. CNE/Cp 009/2001. 2002. Disponível em: portal.mec.gov.br Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Tradução Oficial/Brasil. Brasília: CORDE/SICORDE, 2006. Disponível em: portal.mec.gov.br Acesso em 08 set. 2019.

BRASIL. **Decreto 6.571/08 de 17 de setembro de 2008**. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br Acesso em 08 set. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Portal de ajudas técnicas para a educação**: equipamento e material pedagógico para a educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados. Fascículo 1. 56. Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC: SEESP, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Portaria MEC nº 2678, de setembro de 2002**. Projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional. Disponível em: portal.mec.gov.br Acesso em 08 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 08 dez. 2021.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

CARRAPICHO, Claudia Gonçalves. O Professor PDE e os Desafios da Escola Pública Paranaense - Pedagógica 2010. **Secretaria de Educação**. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: www.diadiaeducacao.pr.gov.br. Acesso em: 09 dez. 2021.

CAVALCANTE, Ilda Medeiros; SANTOS, Maria Cleia dos; FREIRE, Katia Maria de Aguiar. **Autismo, diagnóstico, método e prática**: reflexão sobre o processo inclusivo. Disponível em: www.editorarealize.com.br. Acesso em: 13 maio de 2022.

CESAR, Kellyane Karen Ferreira Aguiar; OLIVEIRA, Laura Almeida de; ARAÚJO, Lorena Gonçalves; SOARES, Rita Maria Luz Freitas; SOARES, Cecília Regina Galdino. Materiais Didáticos para o Ensino aprendizagem de Alunos com Autismo do Ensino Fundamental em Escola Pública. **Revista Experiência em Ensino de Ciências**, v. 15, n. 02, 2020.

CESAR, Ferreira Aguiar; OLIVEIRA, Laura Almeida da; ARAÚJO, Lorena Gonçalves; Kellyane Karen SOARES, Rita Maria Luz Freitas; SOARES, Cecília Regina Galdino. Materiais didáticos para o ensino aprendizagem de alunos com autismo do ensino fundamental em escola pública. *Revista Experiência em Ensino de Ciências* V.15, nº2, 2020. Disponível em: <<https://fisica.ufmt.br>> Acesso em: 05 de maio de 2022.

COELHO, Luana; PISONI, Silene. **Vygotsky**: sua teoria e a influência na educação. Disponível em: www.facos.edu.br. Acesso em: 03 out. 2022.

DADALTO, Eliane Varanda; NIELSEN, Carmem Silva Carvalho Barreira; OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon, TABORDA, Anelise. **Levantamento da Prevalência de Distúrbio da Comunicação em Escolares do Ensino Público Fundamental da Cidade de Vila Velha/ES**. Rev. CEFAC.2012 Nov/Dez Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 30 abr. 2021.

DEFENTE, Eliane Cristina de Oliveira; CASTRO, Maria Edineide Cruz; MARANGONI, Maria Cristina; FRANCATTO, Roberta Mello. **O autismo na aprendizagem escolar: uma relação entre ambientes**. Revista Faculdade do Saber, v.02, n.05, out. 2020.

FERNANDES, Adriano Hidalgo. **Formação do Professor para a Inclusão do Aluno com Transtorno de Espectro Autista (TEA) na Rede Regular de Ensino.** Disponível em: www.diadiaeducacao.pr.gov.br. Acesso em: 07 maio de 2022.

FONSECA, Abigail dos Santos. O ensino de língua portuguesa e suas metodologias: o uso do blog em sala de aula. **III Seminário de Língua Portuguesa e Ensino, I Colóquio de Linguística, Discurso e Identidade.** Aula de Português: tal sujeito, quais linguagens? Disponível em: <http://www.uesc.br>. Acesso em: 02 fev.2022.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do ensino de língua portuguesa.** 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2015.

COELHO, Edgar Pereira (orgs.) **Lev Semionovich Vygotsky.** Editora Massangana, 2010. 140 p.: il. Disponível em: < www.livrosgratis.com.br > acesso em: 05 de outubro de 2022.

KOSCHECK, Arcelita. **Educação Especial e Inclusiva Na Educação Infantil - Um Olhar Especial.** Disponível em: www.gestaouniversitaria.com.br. Acesso em: 29 set. 2022.

LEAL, Carlos Eduardo Gonçalves; LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. **A Formação Docente para a Inclusão: Um Olhar sobre o Professor do Atendimento Educacional Especializado.** Grupo de Trabalho – Diversidade e Inclusão Disponível em: educere.bruc.com.br. Acesso em 30 set. 2021.

LOPES, Esther. **Estratégias para a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular.** Programa de Desenvolvimento Educacional/PDE. Universidade Estadual de Londrina, 2008 Disponível em: www.nre.seed.pr.gov.br. Acesso em: 08 dez. 2021.

LYRA, Glaciene Januário Hottis. SOUPER, Hévelha Moyara. **Transtornos Globais do Desenvolvimento na escola.** Instituto Saber de Ciências Integradas Revista Científica. Número 03/2018. Disponível em: <semanaacademica.org.br> artigo transtornos>. Acesso em: 26 de abril de 2021.

MAIOR, Izabel. **História, conceito e tipos de violência.** Disponível em: violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br. Acesso em: 13 abr. 2021.

MARCONATO, Miriam dos Santos; ZYCA, Anísia Costa. **Alternativas metodologias para trabalhar com educandos autistas inseridos em uma escola especial no município de Prudentópolis.** Disponível em: <http://diadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: jan. 2022.

MARTINS, Márcio Antônio Giansante; SILVA, Yara Cristina Romano; MAINARDES, Sandra Cristina Catelan. Uma visão sobre a Síndrome de Asperger. **Anais Eletrônicos. V** - Mostra interna de trabalhos de iniciação científica. Paraná: Cesumar, ano. Disponível em: www.unicesumar.edu.br Acesso em: jan. 2022

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em: 24 mar. de 2021.

MRECH, Levy Magalhães. **O que é educação inclusiva?** Disponível em: www.luzimarteixeira.com.br. Acesso em: 23 maio de 2018.

MOSQUEIRA, Juan José Mouriño; STOBÄUS, Claus Dieter; FREITAS, Soraia Napoleão. Altas habilidades/superdotação: abordagem ao longo da vida. Disponível em: repositorio.pucrs.br . Acesso em: 03 out. 2022.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Desafios da didática diante das políticas de inclusão**. Disponível em: www.criticaeducativa.ufscar.br. Acesso em: 12 maio de 2018.

OLIVEIRA, Josélia de Jesus Araujo Braga de. MELO, José Carlos de. Sistema Braille no processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência visual: da Educação Infantil ao Ensino Superior. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, ed. 10, v. 13, pp. 63-73. outubro de 2019.

PRATES, Letícia Pimenta Costa Spyer; MARTINS, Vanessa de Oliveira. **Distúrbios da fala e da Linguagem na infância**. Revista Médica de Minas Gerais. Volume 21 (4 Supl. 1). Disponível em: <http://rmmg.org>>artigo> Acesso em: 15 de janeiro 2021.

RABELLO, Elaine; PASSOS, José Silveira. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. Disponível em: <http://www.josesilveira.com>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

RODRIGUES, Katiane do Espírito Santo; SANTOS, Michelle Flávia Rodrigues do. **Crianças Autistas**: Procedimento Metodológico a favor da Inclusão Escolar. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br>. Acesso em: 13 jan. 2022.

ROSSI, Tânia Maria de Freitas. O conceito de internalização de Vygotsky: algumas aproximações teóricas desde a semiótica peirceana. **VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. Disponível em: <https://ri.ufs.br>. Acesso em: 11 Out. de 2022.

RUSSO, Fabiele. A importância da adaptação dos conteúdos didáticos para autistas. **Revista NeuroConecta**. Disponível em: <https://neuroconecta.com.br>. Acesso em: 25 maio de 2022.

SANTOS, Adriano dos; BISPO, Márcia; PINHEIRO, Naiani Silva; SANTANA, Tainá Oliveira. **Metodologias de ensino para crianças autistas: superando limitações em busca da inclusão**. Disponível em: www.editorarealize.com.br. Acesso em: 21 maio de 2022.

SANTOS, Andreia; FERNANDES, Cláudio Pina. **Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger Manual de Apoio para Docentes** – versão acessível. Serviço de Apoio ao Estudante. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 2014. Disponível www.apsa.org.pt. Acesso em: 28 set. 2022.

SANTOS, Andréa Ferreira do; ARAÚJO, Rosenéri Lago de Souza; LIMA, Marilda de Souza. A criança com transtorno do espectro autista na educação infantil: mediação do professor para favorecer o potencial cognitivo. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v.2, 2019/02.

SARTORETTO, Maria Lúcia. **Os fundamentos da educação inclusiva**. Disponível em: [assistiva.com.br /Educação_Inclusiva.pdf](http://assistiva.com.br/Educação_Inclusiva.pdf). Acesso em: 25 maio de 2018.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e de inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SUN, Ingrid YA I Sun. FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda de. **Dificuldades de comunicações percebidas pelos pais de crianças com distúrbio do desenvolvimento**. Trabalho realizado no Departamento de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – USP – São Paulo (SP), Brasil. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: 30 de abril de 2021

TRIGUEIRO, Emília Suitbert de Oliveira. Breve contextualização da educação brasileira. **Revista em Educação em Debate**, Fortaleza, ano 38, n. 72, jul. dez. / 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasil. Corde, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. Disponível em: eBooksBrasil.com. Fonte Digital <www.jahr.org> Acesso em: 03 out. 2022.

ZANELLA, Andréa Vieira. Zona de desenvolvimento proximal: Análise teórica de um conceito em algumas situações variadas. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org>> Acesso em: 14 out. 2022.